JULHO 2022 - DEZEMBRO 2022

Relatório de avanço SEMESTRAL - REM MT

REM MATO GROSSO

cooperação alemã

giz

KFW

UKaid

FUNBIO

PCI

SEMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Governo de Mato Grosso

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

BEA – Batalhão de Emergências Ambientais
BPMPA – Batalhão de Polícia Militar e Proteção Ambiental
CMCR+ - Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+
DEMA -
DUD's - Diretoria de Unidades Desconcentradas
EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso
GCP REM – Grupo de Coordenação do Programa REM
GIZ - Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
ICV – Instituto Centro de Vida
IMAC – Instituto Mato Grossense da Carne
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPE – Ministério Público Estadual
MT – Mato Grosso
PCI – Estratégia Produzir, Conservar, Incluir
PDI – Plano de Investimento
REDD – Reduced Emissions from Deforestation and Degradation
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SEPLAG – Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão
TdR – Termo de Referência

Título do Programa: REDD *Early Movers* Mato Grosso	
Instituição responsável: FUNBIO / Parceria executiva SEMA-MT	
Gerente do Programa (FUNBIO): João Ferraz Fernandes de Mello Telefone: (21) 2123-5324 E-mail: joao.mello@funbio.org.br	
Coordenadora do Programa (GCP – REM MT): Ligia Vendramin Telefone: (65) 3054-9608 E-mail: ligiavendramin@sema.mt.gov.br	
Período de abrangência do relatório: De 01/07/2022 a 31/12/2022	Data de envio do relatório: 21/03/2023 Versão final:

1. RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório refere-se ao período de 01.07.2022 a 31.12.2022. O período se caracterizou pela conclusão do processo de seleção dos projetos das Chamadas 01 e 02/22, do subprograma de territórios indígenas com 07 Projetos Estruturantes e 16 Projetos Locais. Bem como a realização da capacitação das instituições executoras. Ainda no âmbito do subprograma de territórios indígenas foi realizada a eleição da nova diretoria da FEPOIMT bem como teve continuidade nas tratativas para conclusão do projeto FEPOIMT fase II.

Entre os beneficiários diretos, sejam eles da Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), povos indígenas, bem como os médios produtores, tivemos em execução no período de 63 Projetos, representando um total de R$ 66.260.294 em contratos, tendo sido executado R$ 49.904.587 até o momento. Tendo sido R$ 26.963.756 no Subprograma AFPCT, R$ 8.811.430, no PIMS e R$ 14.129.400, no SUBTI.

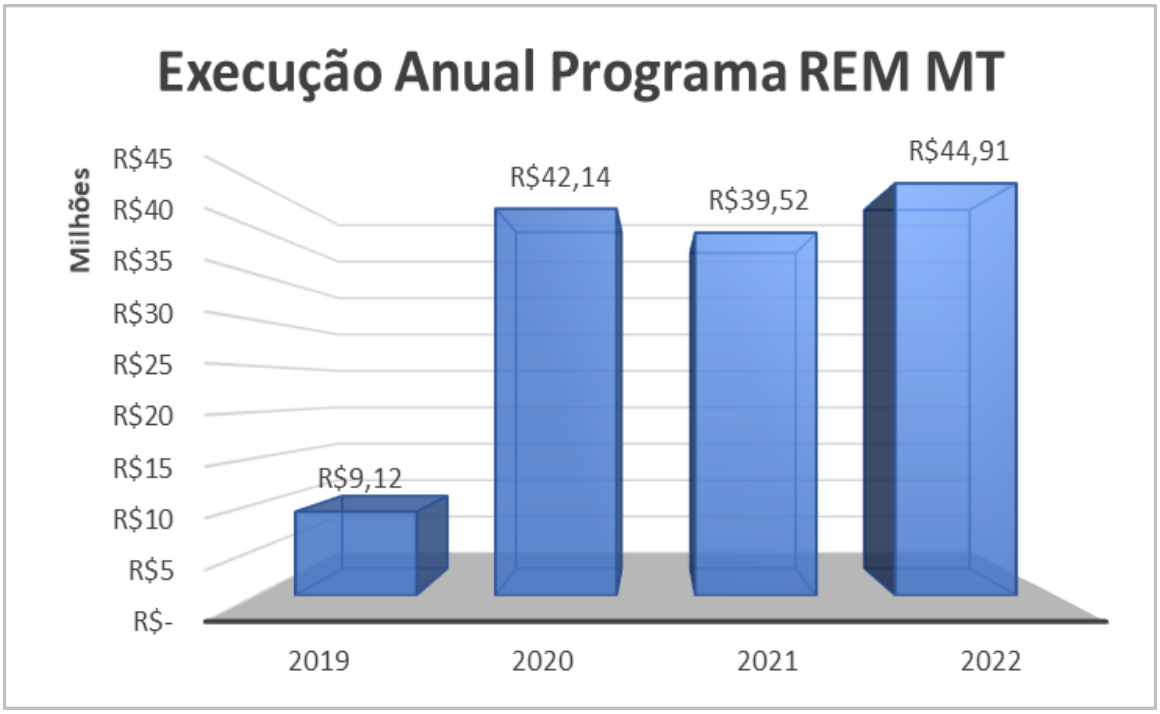
O monitoramento a partir do sistema GPWeb vem acompanhando o levantamento dos dados referentes aos indicadores dos subprogramas e permitindo observar o avanço do Programa a partir das metas e marcos estabelecidos.

Em relação ao combate ao desmatamento, a SEMA prossegue na construção da plataforma própria de monitoramento via satélite do Estado, bem como na digitalização de todo processo de responsabilização de infratores, consolidando uma estratégia eficaz e também preventiva às grandes perdas de vegetação nativa. O mapeamento da vegetação, em maior escala cartográfica, também continuou ao longo do período deste relatório.

No que se refere à execução financeira do Programa REM MT o ano fechou com aproximadamente R$ 44.91MM de execução, observa-se que grande parte dessa execução está relacionada aos desembolsos realizados no âmbito das Chamadas 03/2020 e 08/2020, do Plano Emergencial de Combate ao COVID-19 e da Chamadas 01 e 02/2022 do Subprograma Territórios Indígenas.

No que se refere à execução financeira do Programa REM MT, foram executados (jan – dez 22), aproximadamente, R$44.9MM, sendo R$21.9MM na execução direta e R$22.9MM na execução indireta. Observa-se que as diferentes formas de execução desenvolvidas pelo FUNBIO emprestam ao Programa REM MT uma execução bastante satisfatória, inclusive, quando comparado a execução de outros projetos conduzidos pelo estado de MT. Com boa parte dos recursos do Programa REM MT direcionados para os projetos de apoio, impõe-se para os próximos anos esforços conjugados dos parceiros para o efetivo monitoramento dos projetos em execução e a serem contratados. Abaixo o gráfico com a consolidação dos valores executados desde julho de 2019.

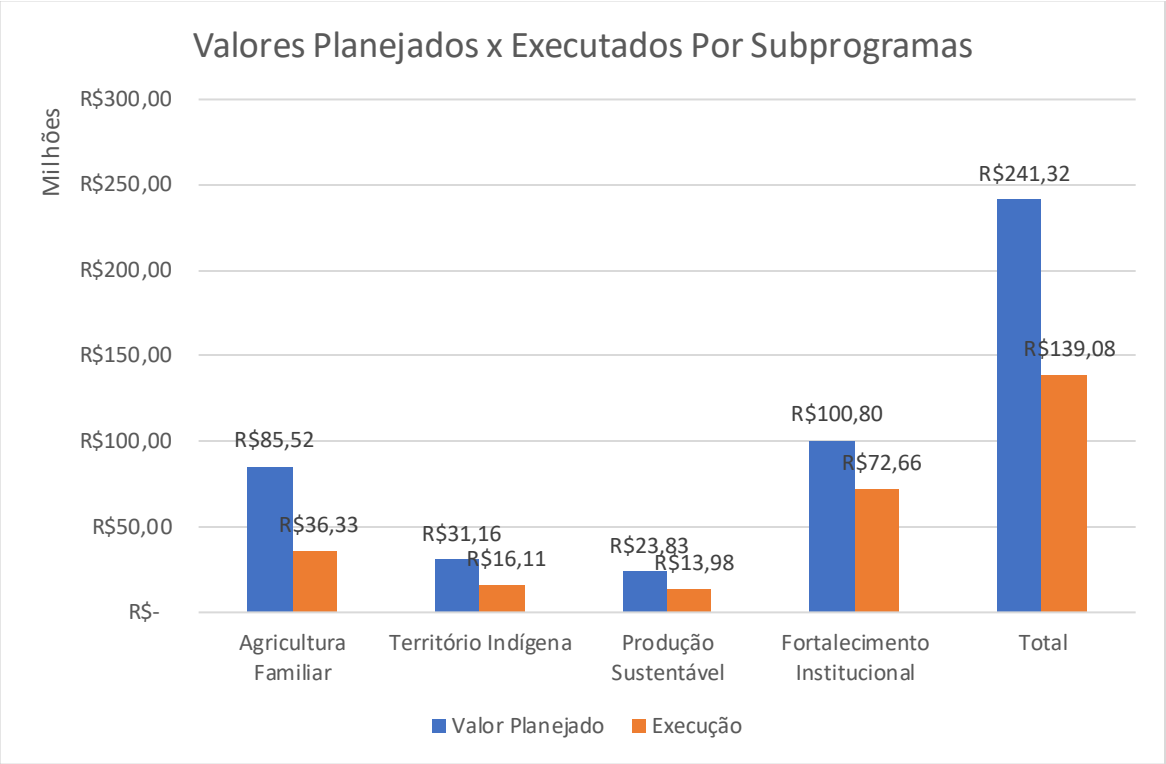
Gráfico 1:Execução Financeira Anual do Programa REM MT (2019 - 2022)



A tabela 1 (abaixo) apresenta os percentuais de execução financeira do Programa REM MT, frente ao valor planejado. Pode se afirmar que o Programa REM MT tem apresentado uma execução financeira que acompanha as estratégias traçadas inicialmente. O SUB FIPPE, que concentrou boa parte dos recursos do 1º PDI, apresenta uma execução um pouco maior que os outros subprogramas. Os demais subprogramas, que adotaram a estratégia de concentrar os recursos em Chamadas de Projetos, conseguiram executar uma parcela satisfatória de seus recursos uma vez que os desembolsos para os projetos de apoio são, geralmente, de valores altos. Chama a atenção o aumento expressivo na execução do SUBTI. Abaixo é apresentado o gráfico com a execução financeira do Programa REM MT dividido pelos subprogramas que o compõe. Neste gráfico é considerado como execução financeira os pagamentos e desembolsos já realizados.

Tabela 1: Percentual da execução Financeira dos Subprogramas do Programa REM MT

Subprogramas	Percentual da Execução Financeira
Agricultura Familiar	42%
Território Indígena	52%
Produção Sustentável	59%
Fortalecimento Institucional	72%
Total	58%



No âmbito do subprograma de agricultura familiar e PCT foi concluído o processo de seleção de instituições para a construção dos planos de gestão de cadeia de valor, um total de R$ 38,7 milhões para a execução de projetos de 22 organizações em Planos de Gestão de Cadeias de Valor (PGCdV) no início do primeiro semestre de 2023. Esse resultado da estratégia de contratar uma empresa para apoio na construção das propostas auxiliou em um bom número de propostas, embora tenha havido, ainda, a necessidade de ajustes nas propostas.

No âmbito do subprograma de produção, inovação e mercado sustentáveis o período se caracterizou pelo início da conclusão da instalação das URT localizadas nos 08 Municípios de atuação da EMPAER, foram finalizadas a URT Juara, URT Castanheira e URT Aripuanã, sendo inclusive realizados dias de campo. A EMPAER ficou de providenciar um Plano de Ação para finalização das 05 URTs restantes nos municípios de Colniza, Cotriguaçu, Juína, Juruena e Nova Bandeirante). O projeto desenvolvido para execução pelo IMAC não apresentou a execução física financeira desejada e está sendo repactuado para conclusão ainda no primeiro semestre de 23.

No âmbito do subprograma de fortalecimento institucional o período se caracterizou pela conclusão dos serviços de monitoramento pelo sistema Planet e início da migração deste serviço para o estado de MT, por meio do desenvolvimento de seu próprio Sistema de Alertas "SigAlerta" que sofreu atrasos sendo aditado até setembro de 2023, para sua total conclusão.

CONTEXTO INSTITUCIONAL

Contexto ambiental

Ao longo de 2022 o governo de MT, por meio da SEMA, participou do Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental do ABNT/CB-038 que esteve focado na definição da norma ABNT PR 2060, visando estabelecer requisitos técnicos para a efetiva certificação de neutralidade de carbono para as empresas em MT e também no restante do Brasil, subsidiando o Programa Carbono Neutro MT.

Em relação a gestão ambiental, houve avanços importantes na melhoria dos procedimentos, simplificação de parte do licenciamento com a criação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e Licença Ambiental Simplificada (LAS), reduzindo o tempo de análise especialmente para os empreendimentos de menor potencial poluidor, com apenas uma fase de análise.

Adicionalmente, o estado tem empreendido esforços para viabilizar a regularização ambiental, de modo que há um avanço no cadastramento de imóveis rurais, bem como na quantidade de análises realizadas e nas solicitações de desmatamento legal. Até o fechamento do relatório, 24% do desmatamento de 2022 em MT foi legalmente autorizado. Fato que reforça a necessidade de fortalecer estratégias que valorizem os produtos e/ou serviços da floresta em pé.

O combate ao desmatamento continuou como uma prioridade na agenda política do governo de Mato Grosso. Ao longo do segundo semestre de 2021, o Governo do Estado, através do CEDIF (Comitê Estratégico de Combate ao Desmatamento Ilegal e Incêndios Florestais), continuou a por em prática seu Plano de Ação, hora com recursos advindos de fontes como o Programa REM MT, hora de recursos recuperados pelo Ministério Público Estadual por meio de Termos de Ajustamento de Conduta.

A SEMA, desde a implementação da Plataforma de Monitoramento Planet em 2019, pode aperfeiçoar a estratégia de combate ao desmatamento junto aos outros parceiros, e desde então melhorar a performance do estado na proteção dos remanescentes de vegetação nativa.

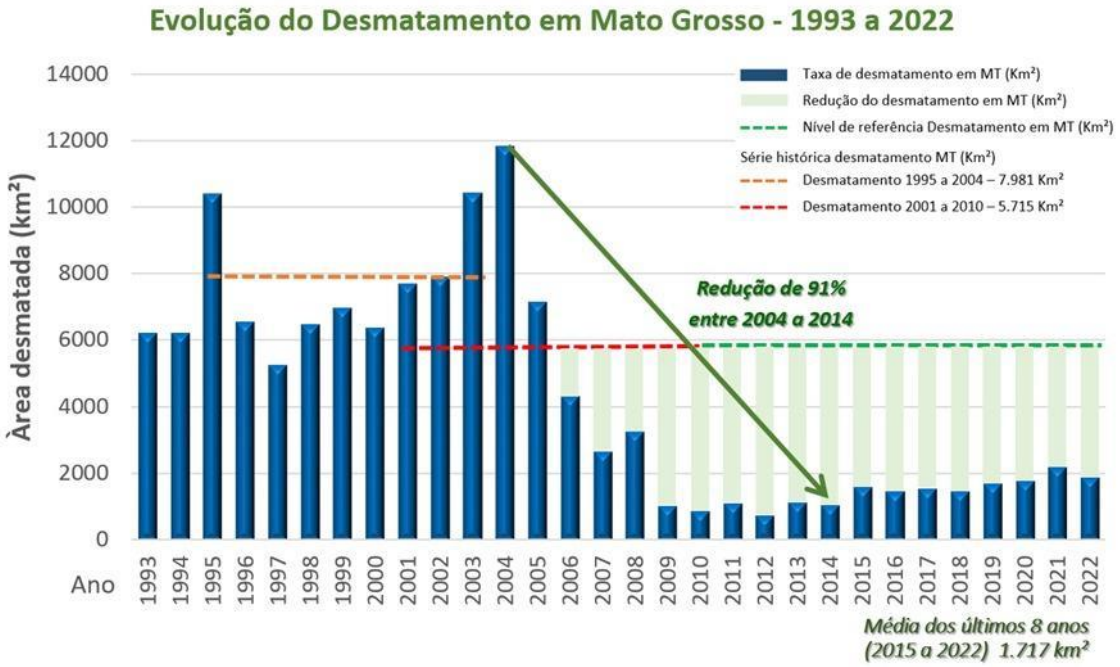


Figura 1: Série histórica do desmatamento em Mato Grosso, entre 1993 e 2022

Relacionado às queimadas florestais, em 2022, à semelhança do realizado em 2021, o BEA implementou uma série de ações preventivas às queimadas, e investimentos na ordem de R$60 milhões para aquisições e operações ambientais. Em 2022, os recursos foram alocados em sete áreas: gestão, monitoramento, responsabilização, fiscalização, prevenção e combate, proteção da fauna, e comunicação, sendo mais da metade aplicados diretamente nas ações em campo de prevenção e combate ostensivo aos incêndios florestais

As medidas foram bem executadas, e a busca por autorizações para queima controlada aumentaram 51,6%, o que pode justificar a elevação dos focos de calor em 29% em relação ao ano anterior, como pode ser observada na Figura 01, extraída do site do INPE. Em relação à média do intervalo entre 2018 e 2022, 29.885, os focos de calor caíram 2,74%.

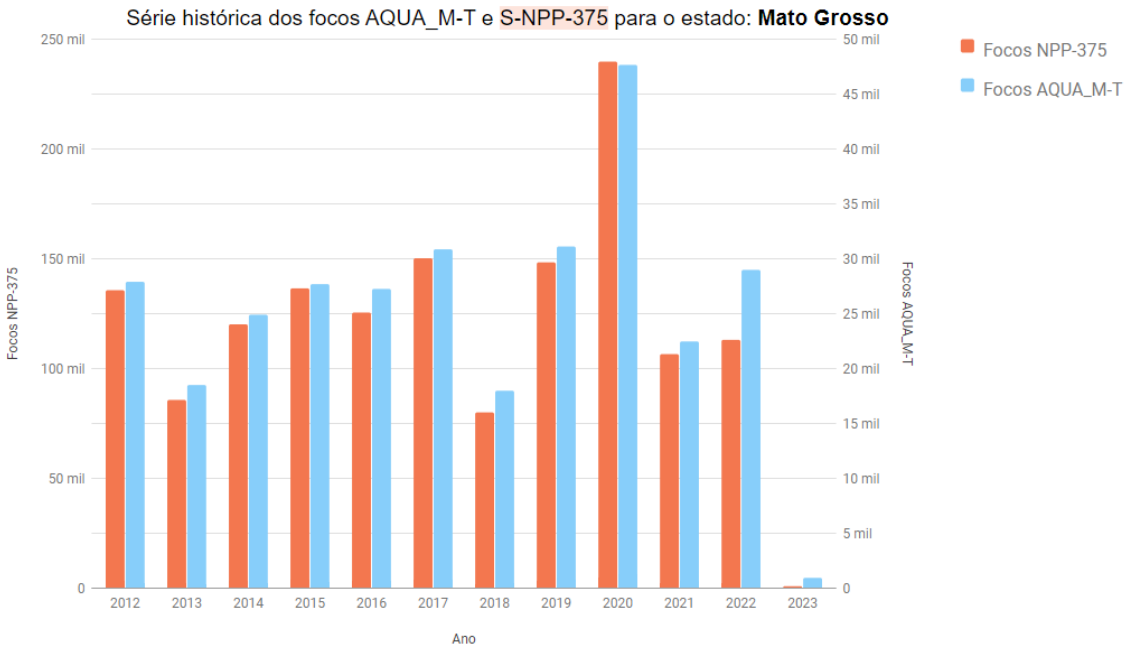


Gráfico 2: Série histórica dos focos AQUA_M-T e S-NPP-375 para o estado de Mato Grosso.

Quanto às Políticas de *REDD+* no contexto federal, a CONAREDD+ aprovou 03 resoluções relacionadas à captação de pagamentos por resultados pelos estados brasileiros, sendo elas:

- Resolução n. 08/2022 – que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Cerrado nos períodos entre 2011 e 2017 e entre 2018 e 2020.

- Resolução n. 09/2022 - que define as regras para a elegibilidade de Estados do Cerrado e entidades federais para acesso e captação de pagamentos por resultados; e

- Resolução n. 10/2022 - que aprova a elegibilidade de entidades estaduais para acesso e captação de pagamentos por resultados.

O estado, por meio da Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ (CMCR+), participou das reuniões que discutiram a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados, bem como da elegibilidade dos entes estaduais, que culminaram nas resoluções acima citadas. Por já ser um ente elegível para receber pagamentos por resultados relacionados às reduções de emissões do bioma Amazônia, tendo atendido aos requerimentos do Ministério de Meio Ambiente (MMA), Mato Grosso foi, também, considerado eleito para captar recursos relacionados às reduções do bioma Cerrado.

Os trabalhos relacionados à elaboração do Terceiro Sumário Nacional de Informações de Salvaguardas avançaram, de modo que a Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ participou do Grupo de Trabalho GTT Salvaguardas, além de ter contribuído com o monitoramento e reporte nacional, fornecendo ao Ministério do Meio Ambiente dados referentes à execução do Programa REM MT.

No âmbito estadual, Mato Grosso avançou no monitoramento dos indicadores de salvaguardas de REDD+ para o Programa REM e, com apoio de consultoria especializada, produziu o primeiro Relatório de Monitoramento e o primeiro Sumário de Informações de Salvaguardas do Programa REM MT, os quais foram construídos de forma a atender os requerimentos da UNFCCC e também do Padrão TREES para salvaguardas. Outros produtos da consultoria foram entregues no mesmo período, relacionados às oficinas de capacitação, à Estratégia de Monitoramento e Reporte de Salvaguardas e à entrega da primeira versão do Manual Operacional para orientar o monitoramento e reporte de salvaguardas.

Quanto ao Programa Carbono Neutro MT, foram construídos os Termos de Referência que orientam a elaboração do inventário de emissões e remoções (escopo 1, 2 e 3), visando o Plano de Neutralização das Emissões dos empreendimentos. Após disponibilização dos Termos de Referência e a abertura à adesão voluntária ao Programa, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente expediu 15 selos do Programa Carbono Neutro, nas seguintes categorias:

- Compromissário: Agropecuária Água Viva, INPASA Agroindustrial, duas unidades do Frigorífico Minerva e Usinas Itamarati S/A.
- Apoiador: Ação Verde, Aprosoja, Cipem, Famato, FIEMT, IMAC, Pro Natura, Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de MT e União Nacional do Etanol de Milho.
- Financiador: IDH Brazil Sustainable Trade Initiative.

A CMCR+ participou, ainda, do grupo de trabalho do governo federal GTT MRV (monitoramento, reporte e verificação), que no período tratou massivamente da construção do Nível de Referência de Emissões Florestais (FREL) nacional.

Quanto aos avanços para atendimento dos requerimentos do Padrão TREES, a TNC (The Nature Conservancy), instituição participante do grupo de trabalho criado no Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas para essa finalidade, elaborou termo de referência para o monitoramento da remoção de carbono relacionada a plantios florestais e processos de regeneração natural. Ainda relacionado aos requerimentos do TREES, no Âmbito do Projeto da Janela B – Destravando e Alavancando o Desenvolvimento de Baixas Emissões, foi contratado o consultor Marcelo Rocha para apoiar o estado, sendo este também o coordenador do FREL Nacional. Nesse sentido, foi tomada a decisão de construir a linha de creditação do estado de Mato Grosso utilizando os dados gerados para o FREL.

No referido período, a CMCR+ também auxiliou a Coordenação do Programa REM MT na preparação dos documentos necessários à Fase 2 do Programa, tais como a Estratégia de Repartição de Benefícios, no que se refere ao Eixo D2 – Políticas Estruturantes para promover a conservação da vegetação nativa e a biodiversidade; na definição do Gatilho de Performance e das reduções de emissões a serem alocadas para o Programa.

Ainda em relação ao documento de Repartição de Benefícios, a CMCR+ secretariou duas reuniões de consulta e discussão da proposta com o Fórum de Mudanças Climáticas e uma reunião do Conselho Gestor para deliberação e coleta de contribuições.

3. EXECUÇÃO DOS SUBPROGRAMAS

O segundo semestre do ano de 2022 foi marcado pela execução indireta, totalizando 63 projetos, distribuídas em 98 municípios, fortalecendo cerca de 144 organizações sociais, em ações de assistência técnica e extensão rural, melhoria na produtividade, acesso a tecnologia, apoio à regularização de associações ou cooperativas, estruturação de cadeias de valor e de negócios sustentáveis, melhoria da produtividade, ações de segurança alimentar e promoção da saúde de povos indígenas.

Além de outras três chamadas, da AFPCT (Chamada 12/2022) e TI Chamadas 01 e 02/2022), que foram realizadas ao longo do período, cujos 48 projetos devem começar no primeiro trimestre de 2023, sendo 27 para atender os indígenas e 21 para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.

Nessa seção é possível observar os avanços da execução de cada subprograma por meio dos dados recebidos no processo de monitoramento, com foco nos indicadores de impacto. O processo de monitoramento tem sido em geral bem sucedido, o fato de maior destaque é a apropriação do GPWeb pelas pequenas organizações, sendo utilizado em seu dia-a-dia.

Na execução direta o foco foi a estratégia de combate ao desmatamento, onde foi necessário continuar investindo em tecnologia, capacitações e serviços, como por exemplo a remoção de maquinários envolvidos em crimes ambientais.


AGRICULTURA FAMILIAR E DE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS
FOTO: ROGÉRIO LESCHEWITZ

3.1 Subprograma 1 – Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais

Entre julho e dezembro de 2022 houve a continuidade da execução dos 22 projetos contratados pela Chamada 03/2020. Juntos, os projetos totalizam R$ 32.070.110 em investimentos, e, até então, aproximadamente 84% do total foram desembolsados para execução pelas organizações, que alcançaram até o momento 6.568 famílias.

Atualmente o subprograma tem ações desenvolvidas e em desenvolvimento em 17 cadeias produtivas localizadas em 91 municípios mato-grossenses (Figura 02), sendo 33 com atendimentos pela EMPAER e os demais por projetos de organizações não governamentais contemplados nas Chamadas 03/2020 e pela Chamada 12/2022.

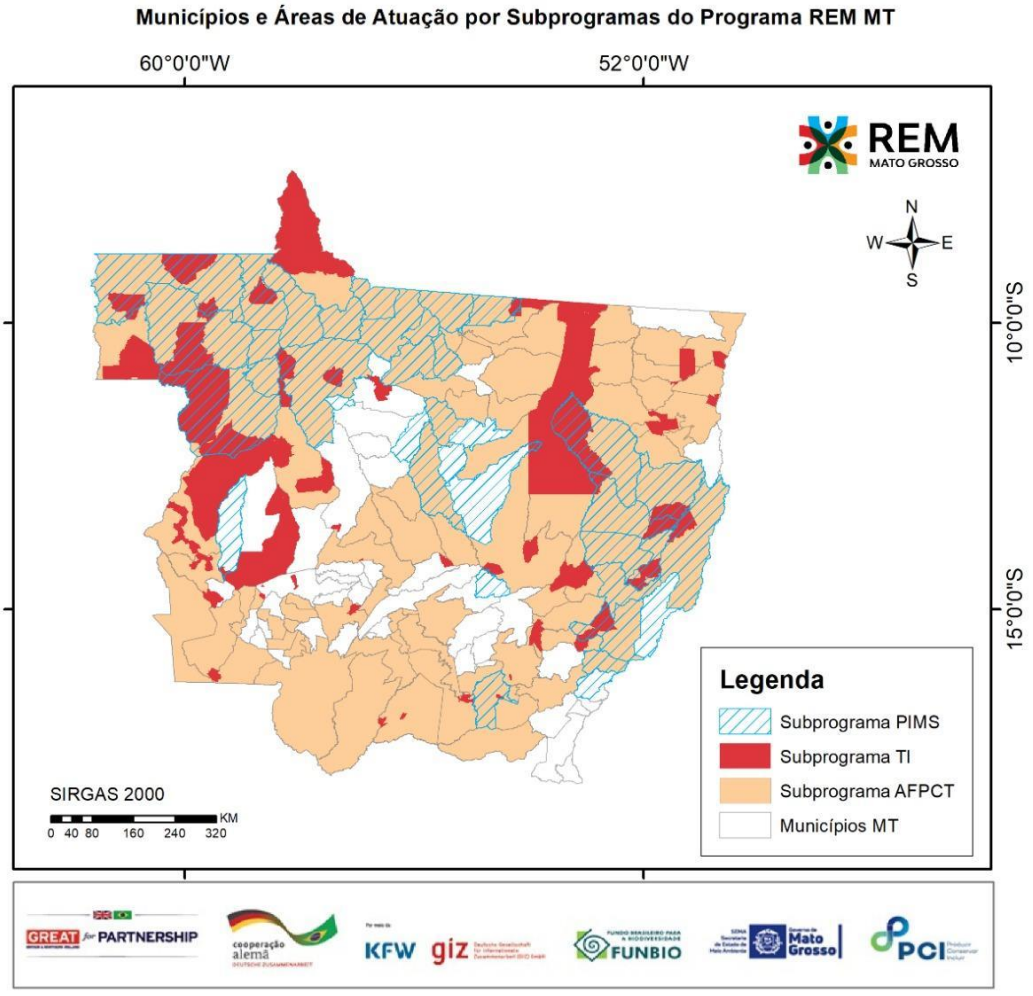


Figura 2: Municípios beneficiados por projetos da Chamada 03/2020, Chamada 12/2022 e execução direta (EMPAER)

A velocidade física-financeira do Subprograma AFPCT está ilustrada na Figura 03, onde no presente momento 16% das atividades foram reportadas a execução no sistema em relação ao planejado.

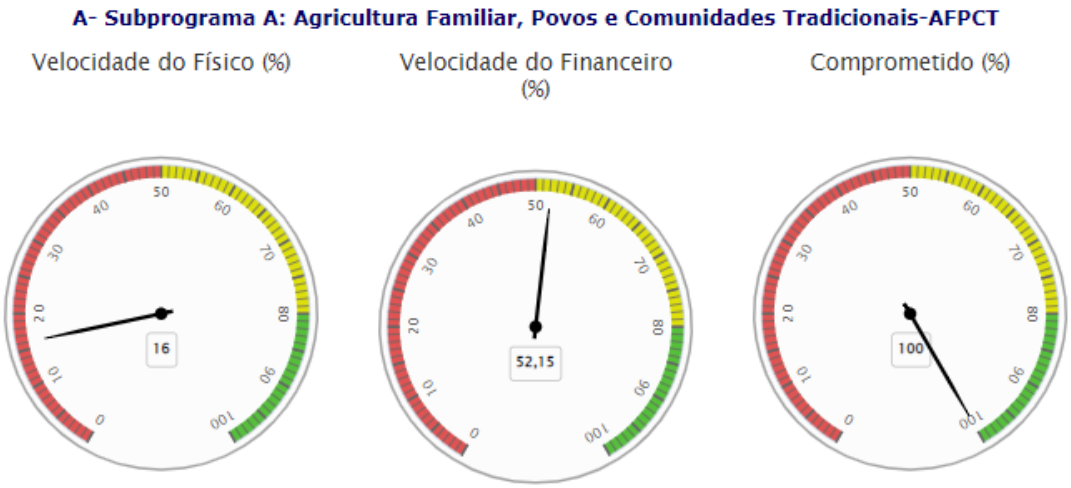


Figura 3: Odômetros disponibilizados pelo GpWEB[1]

O semestre foi voltado para avaliar os projetos em execução e monitorar em campo as iniciativas com os desempenhos mais baixos. As mesmas receberam orientações e apoio para superar os gargalos.

Ao mesmo tempo, a equipe executou a segunda etapa da segunda chamada pública de projeto (Chamada 12.2022), a qual possibilitou a seleção de 21 Planos de Gestão de Cadeias de Valor com aproximadamente R$38,7 milhões demandados de apoio para implementação das ações previstas. A chamada foi voltada para as organizações que lidam com os produtos da sociobiodiversidade, aquelas que estavam minimamente organizadas e engajadas foram selecionadas e a partir disso, receberam apoio especializado para construírem planos de gestão para as cadeias produtivas.

Importante destacar que para a seleção foi instituído um comitê com vários profissionais renomados das áreas de projetos e também das áreas fins, finalizando com muita eficiência o processo seletivo.

Concomitantemente à realização da Chamada 12, o IMAFLORA entregou mais um produto, o qual avaliou a capacidade de sequestro e emissão de carbono nas atividades produtivas nas propriedades atendidas pelo projeto executado pela EMPAER, especificamente na atividade da fruticultura e pecuária leiteira. Ainda que as informações coletadas pelos técnicos não tenham sido checadas, e algumas amostras não apresentaram todos os dados necessários, os resultados demonstram que a atividade de fruticultura consegue sequestrar carbono utilizando as práticas de cultivo empregadas até o momento na propriedade. Entretanto, a atividade de pecuária leiteira apresentou balanço de carbono ainda com baixa eficiência para neutralização de emissões equivalentes, principalmente devido ao rebanho existente e falta de implementação de práticas que inserem, obrigatoriamente, as árvores nos sistemas de produção das

[1] Neste gráfico o odômetro "Comprometido" refere-se, na realidade, ao valor total "Planejado" para o Subprograma. Diferente dos valores "Comprometidos" apresentados nas informações financeiras, que se referem aos valores, de fato, comprometidos a partir de contratos e pedidos de compras já firmados.

propriedades beneficiadas. Contudo, é importante reforçar que os extensionistas e os beneficiários utilizam de outras estratégias técnicas para aumentar a eficiência do sequestro de carbono produção leiteira da propriedade e aprimorar as diretrizes estratégicas de atuação da Ater em Mato Grosso.

3.1.1. Extrativismo de produtos florestais não madeireiros - PFNM

Os resultados desse eixo são oriundos de 11 projetos contratados na Chamada 03/2020, sendo 5 com atuação majoritária nas cadeias produtivas de PFNM e outros 6 que trabalham alguma cadeia produtiva do extrativismo de produtos florestais de forma indireta dentro do projeto, mas sempre com objetivo principal de incentivar a estruturação das cadeias dos produtos florestais não madeireiros, desde o estabelecimento de áreas de manejo até a comercialização. Com a Chamada 12/2022 o número de projetos com PFNM aumentará em mais 14 unidades com atuação majoritária.

3.1.2. Extrativismo de sementes florestais

Esse eixo vem sendo executado quase em sua totalidade por projetos de desembolso, e a partir da Chamada 03/2020 percebeu-se que as poucas organizações envolvidas com o tema no estado acessam recursos de outras iniciativas, e estavam com vários projetos em andamento. De modo que, visando apoiar o fortalecimento das cadeias de valor, especialmente da sociobiodiversidade, foi efetivada a Chamada 12, voltada para implantar planos de gestão das cadeias de valor. Foi apenas uma organização selecionada, cujo contrato deve ser efetivado no primeiro trimestre de 2023. Somando as duas chamadas o subprograma terá 5 projetos trabalhando a produção de sementes florestais.

3.1.3. Fruticultura, palmito e apicultura

As ações desse eixo estão concentradas em 17 projetos, que incluem cadeias da fruticultura, cultivos perenes e apicultura pela Chamada 03.2020, sendo 7 projetos com trabalhos majoritários nestas cadeias. Com o mesmo intuito, através da Chamada 12, 5 planos de gestão de cadeias foram selecionados para fortalecer as essas cadeias. Ao todo serão mais 145 famílias beneficiadas nas propostas.

3.1.4. Desenvolvimento organizacional, produtivo e comercial da AF e PCT.

17 projetos financiados buscam estabelecer relação entre os processos de produção primária até a comercialização final, passando pela ampliação da capacidade das organizações produtivas/comerciais da agricultura familiar e de PCT de participarem no mercado de produtos sustentáveis, bem como apoiando a oferta de crédito rural comunitário.

Os beneficiários diretos dessas ações somam 62 organizações contendo extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e produtores rurais, localizados nos três biomas do Estado.

A partir da implementação dos planos de gestão de cadeias, a expectativa é de alcançar no mínimo mais 22 organizações totalizando 2.000 beneficiários diretos.

3.1.5. Pecuária Leiteira

Sendo a cadeia produtiva que inclui a maior parte da população da agricultura familiar, a pecuária leiteira tem sido impactada diretamente pela dificuldade dos produtores em alcançar a regularização fundiária e ambiental, fato que afeta diretamente o acesso aos créditos rurais, e consequentemente impede investimentos robustos para a melhoria do processo produtivo. Nesse sentido, o Programa apoiou iniciativas que estavam investindo em reformas de pastagens e outras melhorias no manejo dos animais. Foram recuperados 109 ha de pastagens degradadas, na região noroeste e em implementação de recuperação de áreas de preservação permanente de 40 hectares na região nordeste do estado. Com a chamada 12/2022, será contemplado apenas um plano de gestão nesta cadeia produtiva.

3.1.6. Assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais

A atividade protagonizada pela EMPAER, conforme planejado, foi encerrada em dezembro de 2022. E até a data da elaboração deste relatório, os dados não haviam sido encaminhados tal como pactuado na oficina de atualização do Plano de Trabalho, ocorrida em novembro de 2021.

O SAGAE, ainda que em operação, não foi construído com um módulo específico para a geração de relatórios de forma automática, dificultando o acesso às informações dos planos produtivos, talvez essa seja uma das razões pelo atraso.

Ainda sobre a atuação da EMPAER, cerca de 20 técnicos foram capacitados em parceria com GIZ sobre a metodologia Value Links, como parte da estratégia de consolidação das cadeias de valor. O objetivo era que os técnicos participassem das oficinas junto aos representantes das organizações para construir os planos de gestão nos territórios, e posteriormente, após a finalização do processo seletivo, acompanhassem e atuassem in loco para consolidar e articular a implantação das estratégias nas cadeias produtivas. O fato é que a participação da EMPAER parou logo após o término da capacitação.

Do mesmo modo, o engajamento da EMPAER na regularização ambiental e restauração de áreas degradadas não se estendeu para além das capacitações, muito provavelmente devido a sobrecarga aos funcionários após o plano de demissão voluntária.


TERRITÓRIOS INDIGENAS

3.2 Subprograma 2 – Territórios Indígenas

O subprograma tem suas ações organizadas em três eixos principais, sendo eles: o fortalecimento institucional, a governança e projetos dos povos indígenas. Essa distribuição está refletida nos registros a seguir, uma vez que a execução em cada um dos temas é realizada tanto por meios diretos quanto indiretos, sendo o maior volume de recursos executado de forma indireta.

Entre julho e dezembro de 2022 houve a continuidade da execução dos 76 projetos contratados pelo Plano Emergencial de combate ao COVID-19, por meio de 05 organizações aglutinadoras, sendo elas: Associação Terra Indígena Xingu - ATIX; Instituto Centro de Vida - ICV; Instituto Kurâdomôdo Cultura Sustentável; Instituto Raoni e The Nature Conservancy do Brasil - TNC. O valor total do Plano Emergencial é de R$9.239.295,84, sendo que até a data deste relatório havia ainda 6% a desembolsar.

Adicionalmente, foram realizadas as Chamadas 01 e 02/2022, que viabilizaram a seleção de 07 projetos estruturantes, no valor de R$ 7.000.000,00, e 16 projetos locais, somando R$ 3.166.000,00, atendendo aos anseios descritos no Subprograma na Estratégia de Repartição de Benefícios. São projetos para segurança alimentar, empoderamento feminino, geração de renda e comercialização, prevenção e combate a incêndios florestais, gestão territorial e ambiental, proteção dos territórios, geração de energia renovável, fortalecimento sociocultural e infraestrutura.

Juntos, os projetos iniciados em 2020 e contratados em 2022, totalizam R$ 21.122.336,32 em investimentos, e até então, aproximadamente 65% do total já foram desembolsados às organizações, que alcançaram até o momento beneficiários diretos, distribuídos em 68 municípios de MT, RO, PA. Uma informação importante quando se trabalha com as terras indígenas, é que as mesmas não obedecem limites territoriais municipais ou estaduais. Ou seja, a mesma terra indígena pode estar em mais de um município ou estado.

A velocidade física-financeira do Subprograma T.I está ilustrada na Figura 04, onde no presente momento 38% das atividades foram executadas em relação ao planejado, muito alinhado com a execução financeira, 32%.

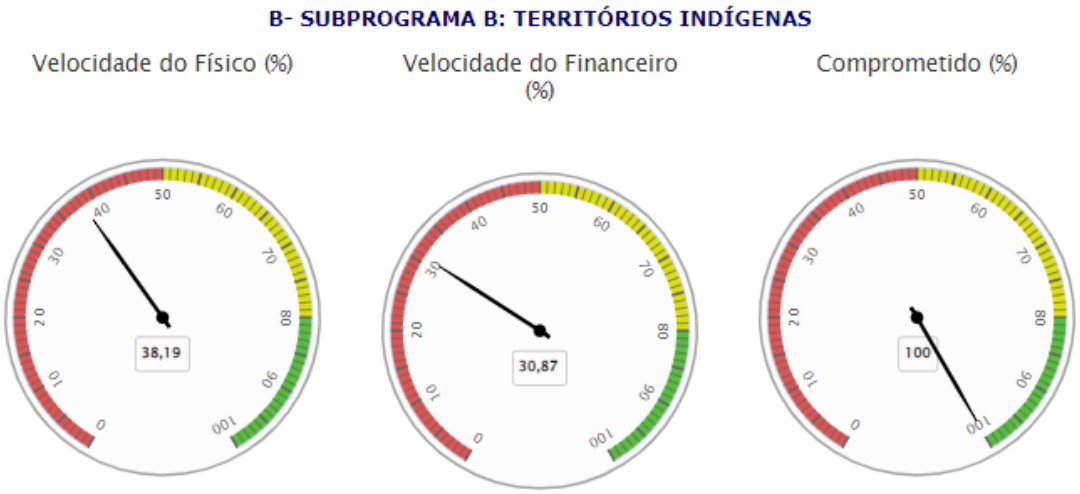


Figura 4:Velocidade física-financeira do Subprograma de Territórios Indígenas

[2]

3.2.1. Fortalecimento Institucional

O fortalecimento institucional da FEPOIMT é uma ação executada por meio da contratação do Instituto Centro de Vida - ICV, que atua como instituição âncora, para implementação do projeto desta Federação.

É muito relevante destacar que a definição do percentual dos recursos destinados a essa ação aconteceu em ambiente oficial da 3° reunião da governança indígena, estabelecendo 30% de todo recurso do subprograma para esta finalidade.

O projeto foi financiado com recursos advindos do primeiro PDI, executado entre 2019 e o primeiro trimestre de 2022, alcançando R$1.825.135,91, do qual R$ 1.316.169,03 foi destinado a pagamento dos consultores indígenas (direção e membros da FEPOIMT) e equipe do projeto (Instituição Âncora -ICV) em suas atividades inerentes.

Para além desse recurso, correspondente ao Projeto FEPOIMT fase 1, foram investidos R$ 829.321,00 dos recursos destinados ao Projeto FEPOIMT 2, sendo que deste montante R$ 602.000,00, foi para apoiar a FEPOIMT na realização da Assembleia Geral do Povos Indígenas de MT. A instituição responsável por esta atividade foi também o ICV. Vale destacar que o Projeto FEPOIMT 2 teve uma aprovação parcial para investimentos dos recursos planejados. O projeto contou com o apoio da GIZ para sua elaboração e, a princípio, foi planejado em R$ 5.200.000,00. No entanto, considerando a média anual de execução do projeto ICV/FEPOIMT, a coordenação prevê que o valor deverá ser revisto. Neste novo projeto o ICV mantém-se como instituição âncora.

[2] Neste gráfico o odômetro "Comprometido" refere-se, na realidade, ao valor total "Planejado" para o Subprograma. Diferente dos valores "Comprometidos" apresentados nas informações financeiras, que se referem aos valores, de fato, comprometidos a partir de contratos e pedidos de compras já firmados.

3.2.1.2. Governança

O período foi marcado por uma reunião de governança presencial, que teve como pauta a nomeação dos novos representantes da governança indígena e uma reunião extraordinária, em modalidade mista (presencial e virtual), para apresentação da proposta do REM fase 2.

Sob a ótica das discussões voltadas para o coletivo, a governança avançou nas seguintes deliberações: monitoramento da execução do Plano emergencial, aprovação de TR's relacionados ao diagnóstico e capacitação para regularização das organizações de base, seminário de gestão ambiental e territorial, capacitação para mulheres em Comunicação e mídias sociais, oficina de elaboração e gestão de projetos, diagnóstico e capacitação sobre consulta livre prévia e informada e formação de agentes agroflorestais indígenas.

3.2.1.3 Projetos dos Povos Indígenas

Plano Emergencial de combate ao Covid-19

Os relatórios encaminhados pelas organizações aglutinadoras demonstram que 8.404 pessoas foram beneficiadas pelas ações, sendo este um dado parcial apresentado apenas por três regionais (Xingu, Norte Kayapó e Médio Araguaia). O ICV aglutinador das regionais Noroeste, Cerrado e Pantanal e Vale do Guaporé, não atualizou os dados nas planilhas de monitoramento, e a informação sobre o alcance das ações do Subprograma está prejudicada.

Deste total temos: 4.251 homens, e 4.153 mulheres, entre adultos, jovens e anciões para cada gênero. Este público beneficiário está distribuído em 165 aldeias, totalizando a participação de 22 povos indígenas (Yudjá, Yawalapiti, Wauja, Trumai, Terena, Tapirapé, Tapayuna, Panará, Nahukuá, Mehinaku, Mebêngôkre (Kayapó), Matipu, Kuikuro, Krenak, Kisêdjê, Kawaiwete, Karajá, Kanela, Kalapalo, Ikpeng, Aweti e Apiaká).

As ações de segurança alimentar estiveram presentes em todos os projetos do Plano Emergencial, exceto o de Brigadas, somando 75 iniciativas, com ações de implantação e/ou reforma de roças comunitárias, pomares e instalação de estruturas para criação de animais.

As ações relacionadas à saúde foram finalizadas no segundo semestre de 2021 e foram concentradas na distribuição de medicamentos, fortalecimento da saúde tradicional, como construção de espaços tradicionais para atenção à saúde (construção da casa do pajé) além do fornecimento de insumos de proteção individual.

:Tabela 2:Status das ações das aglutinadoras na execução do Plano Emergencial, nas ações de saúde e segurança alimentar.

Regional[3]	**Organização Aglutinadora**	**Pessoas/povos beneficiados**	**Número de projetos**	**Status**
Noroeste	Instituto Centro e Vida - ICV	11 Povos: Arara, Myky, Rikbaktsa, Cinta Larga, Suruí, Munduruku, Enawenê-Nawê, Apiaká, Kayabi, Manoki e Zoró	Total: 14 projetos sendo 04 com repasse para execução por associações indígenas	Prazo de finalização fevereiro de 2022. Contrato aditivado para julho de 2023.
Cerrado e Pantanal	Instituto Centro e Vida - ICV	6 Povos: Guató, Bakairi, Bororo, Nambikwara, Paresi e Umutina	Total: 08 projetos, sendo 02 com repasse para execução por associações indígenas.	Prazo de finalização dezembro de 2022. Contrato aditivado para o primeiro semestre de 2023
Vale do Guaporé	Instituto Centro e Vida - ICV	2 Povos: Chiquitano e Nambikwara	Total: 09 projetos, sendo 04 com repasse para execução por associações indígenas.	Prazo de finalização dezembro de 2022. O contrato foi aditivado com prazo de enceramento para o primeiro semestre de 2023
Norte/Kayapó	Instituto Raoni	09 Povos: Kayapó, Terena, Yudja, Apiaká, Munduruku, Kawaiweté-Kayabi, Trumai, Tapayuna e Panará.	Total: 09 projetos, sendo 04 com repasse para execução por associações indígenas.	Prazo de finalização dezembro de 2022. O contrato foi aditivado com prazo de enceramento para no

[3] Os dados de pessoas beneficiadas pelas regionais: Cerrado e Pantanal, Vale do Guaporé e Noroeste, estão ainda sendo sistematizados, em decorrência da instituição aglutinadora (ICV), inicialmente, ter feito projeções com nº de famílias e não pessoas.

Regional[3]	**Organização Aglutinadora**	**Pessoas/povos beneficiados**	**Número de projetos**	**Status**
				primeiro semestre de 2023
Xavante	Inst. de Conserv. Ambiental The Nature Conservancy Brasil - TNC	01 Povo: Xavante	Total: 13 projetos executados em macro regionais Xavante, abrangendo 09 Terras Indígenas. Sem execução das associações indígenas.	Prazo de finalização dezembro de 2022. O contrato foi aditivado com prazo de enceramento para o primeiro semestre de 2023
Médio Araguaia	Inst. de Conserv. Ambiental The Nature Conservancy Brasil - TNC	5 Povos: Tapirapé, Karajá, Krenak, Maxacali e Kanela	Total: 06 projetos, sem execução pelas associações indígenas.	Prazo de finalização dezembro de 2022. O contrato foi aditivado com prazo de enceramento para o primeiro semestre de 2023
Xingu	Associação Terra Indígena do Xingu - ATIX	13 Povos: Trumai, Yudjá, Mehinako, Matipu, Nafukuá, Awetí, Kalapalo, Kisedje, Kawaiweté, Yawalapiti, Kuikuro, Waurá e Ikpeng	Total 13 projetos, sem execução pelas associações indígenas.	Prazo de finalização dezembro de 2022. O contrato foi aditivado com prazo de enceramento para o primeiro semestre de 2023
Xavante e Cerrado Pantanal	Instituto Kuradomodo	02 Povos: Xavante e	03 projetos de capacitação sem execução direta	Prazo de finalização fevereiro de 2022. Aditivado

Regional[3]	**Organização Aglutinadora**	**Pessoas/povos beneficiados**	**Número de projetos**	**Status**
		Bororo		para julho de 2023.

Incêndios Florestais

O tema incêndio florestais foi incluído nas demandas para o Programa REM-MT a partir de uma determinação da Comissão de Governança, em observação aos graves incêndios florestais que ocorreram no ano de 2020 e atingiram severamente várias terras indígenas em Mato Grosso. O Instituto Kurâdomodo, foi convidado para executar o projeto, como uma das organizações aglutinadoras do Plano Emergencial As capacitações, treinamentos foram realizadas nas sedes dos municípios onde se localizam as Terras Indígenas, em função da não autorização, pela FUNAI, da entrada da equipe nos territórios, para realização da capacitação. O projeto foi executado durante o ano de 2022, e obteve resultados muito expressivos tais como: a redução de 46,95% dos focos de calor na Terra Indígena Parabubure, 37,81% (Xavante), na Terra indígena Pimentel Barbosa e 65,05 (Xavante) e na Terra indígena Merure (Bo'e Bororo), todas beneficiárias das atividades de prevenção e combate a incêndio no Território Xavante, e Bororo, na região de atuação das brigadas indígenas.


PRODUÇÃO, INOVAÇÃO E
MERCADO SUSTENTÁVEIS

3.3 Subprograma 3 - Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis

Entre julho e dezembro de 2022 houve a continuidade da execução dos sete projetos contratados pela Chamada 08/2020, além do projeto do IMAC e do apoio a EMPAER, totalizando 36 municípios (Figura C). Juntos, os projetos totalizam R$19.503.174,09 em investimentos, e, até então, aproximadamente 69 % do total destinado aos projetos já foram desembolsados às organizações. Tais recursos proporcionaram assistência técnica a 1.628 propriedades, visando o aumento da produtividade nas cadeias da carne e da soja, além de outras atividades complementares.

A execução do subprograma tem estreita relação com a estratégia PCI, cujo objetivo maior é estimular a produção sustentável das cadeias da carne, soja e madeira a partir do fomento a ações relacionadas à adoção de boas práticas, garantia de origem para seus produtos e no atendimento de critérios de ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) exigidos pelos mercados nacionais e internacionais, além do desenvolvimento de tecnologias.

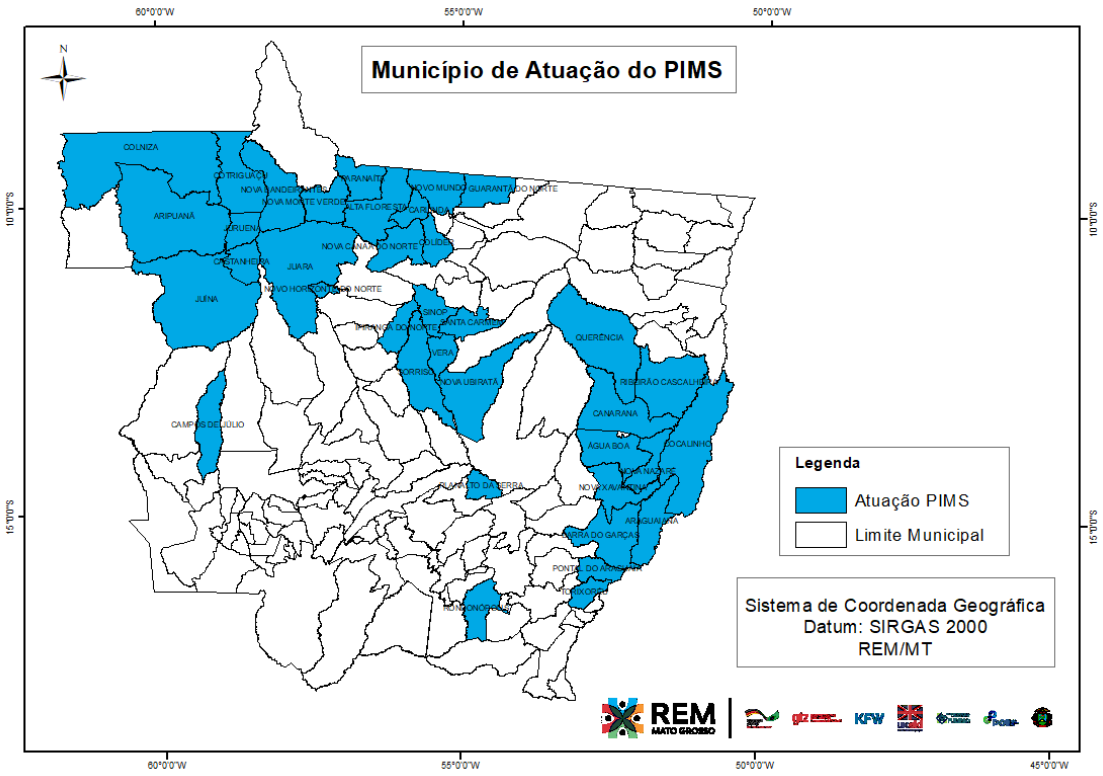


Figura 5:Municípios beneficiados por projetos da Chamada 08/2020 e execução direta

A velocidade física-financeira do Subprograma PIMS está ilustrada na figura 6, onde no presente momento 68,4% das atividades foram executadas em relação ao planejado. Já a execução financeira é de 65,7%.

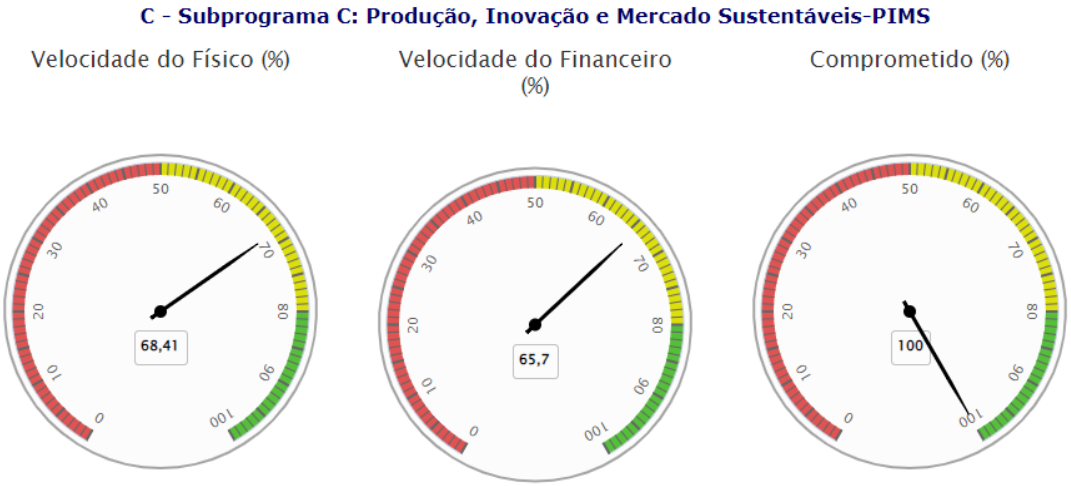


Figura 6:Velocidade física-financeira do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis[4]

3.3.1. Pecuária Sustentável

No que diz respeito à assistência técnica rural pública, a EMPAER atendeu 1.404 propriedades, sendo elaborados planos produtivos e ambientais para todas as propriedades. Os planos constituem instrumentos importantes não só para o crescimento da produtividade, como também para o planejamento de médio prazo e a definição de políticas públicas. Neste caso, os planos avaliaram as necessidades das propriedades sob três aspectos principais: produtivo, ambiental e socioeconômico.

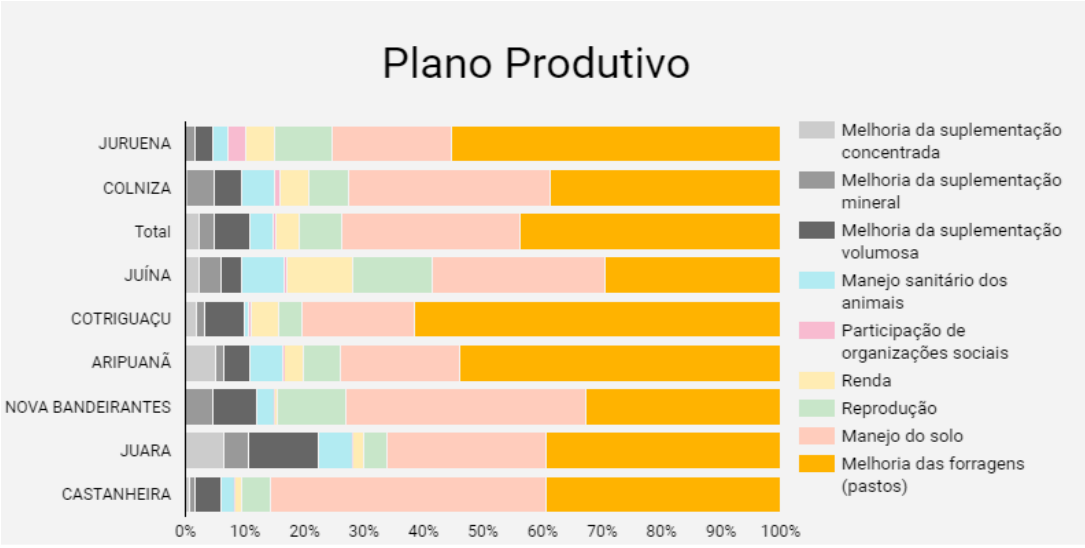


Figura 7: Dados do Plano Produtivo das propriedades atendidas pela EMPAER.

[4] Neste gráfico o odômetro "Comprometido" refere-se, na realidade, ao valor total "Planejado" para o Subprograma. Diferente dos valores "Comprometidos" apresentados nas informações financeiras, que se referem aos valores, de fato, comprometidos a partir de contratos e pedidos de compras já firmados.

No âmbito produtivo pode-se observar na figura abaixo que as maiores deficiências nas propriedades atendidas estão relacionadas às qualidades do solo e pastagem. Assim, as ações devem concentrar-se na reforma das pastagens e correção do solo.

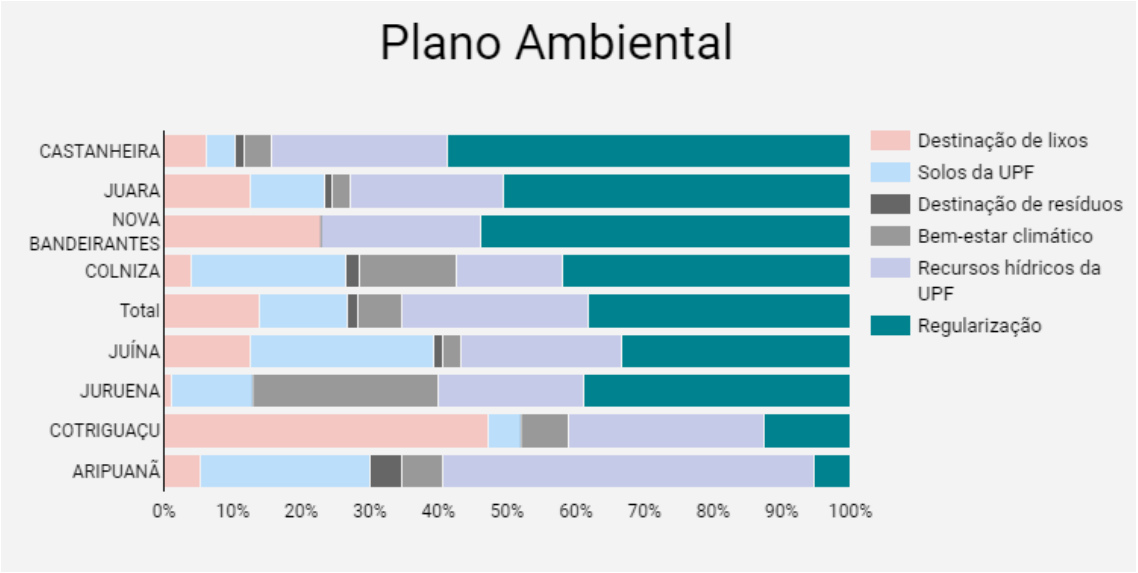
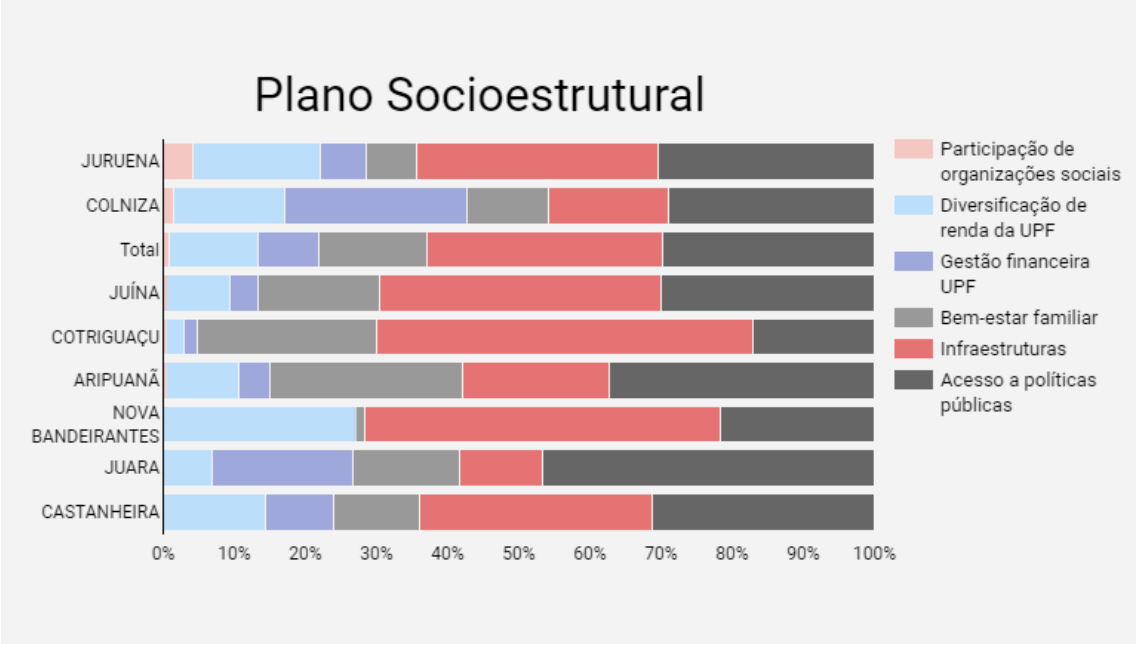


Figura 8: Dados do Plano Ambiental das propriedades atendidas pela EMPAER. Onde: UPF equivale a unidade de produção familiar..

No âmbito ambiental pode-se observar na figura abaixo que as maiores deficiências nas propriedades atendidas estão relacionadas à regularização ambiental e fornecimento/qualidade da água.



. Figura 9: Dados do Plano Socioestrutural das propriedades atendidas pela EMPAER. Onde: UPF equivale a unidade de produção familiar.

No âmbito socioestrutural pode-se observar acima que as maiores deficiências nas propriedades atendidas estão relacionadas à estrutura da moradia e à de insumos, tais como maquinários. Outro destaque está atrelado à deficiência ao acesso a políticas públicas.

Complementarmente, foram instaladas 23 Unidades de Referência Tecnológica (URTs), sendo 08 URTs implantadas pela EMPAER e 15 URTs implantadas pelo projeto "Conect@agro: Conectando conhecimentos e praticando Boas Práticas Agropecuárias do Instituto Centro de Vida - ICV", totalizando mais de 33 ha de APP em processo de recuperação ecológica. Além disso, com o intuito de melhorar e difundir as práticas de produção e restauração, essas unidades receberam mais de 400 visitantes até então. Nesse projeto a velocidade do físico alcança 56,39% e a execução financeira é de 28,8%.

Interessante destacar que ao longo das ações da cadeia da pecuária algumas parcerias se concretizaram e dão robustez ao desenho inicial, com destaque para o contrato com a Restauragro, cujo objetivo central visa restaurar 49 hectares de vegetação nativa às margens de curso(s) hídrico(s) em Áreas de Preservação Permanente Degradadas (APPDs) e aumentar a quantidade de sementes comercializadas pela Rede de Sementes do Xingu ou da Rede de Sementes do Portal da Amazônia.

3.3.2 Soja Responsável

Com foco em preparar o produtor de médio porte para o mercado diferenciado da Europa, os investimentos foram voltados para apoiar a transição para a produção certificada. Os projetos alcançaram cerca de 54 mil ha de produção de soja em processo de certificação, com 199 produtores atendidos com assistência técnica voltada às boas práticas agrícolas.

Em relação ao projeto "Implantação dos critérios exigidos pela Certificação FEFAC em imóveis rurais, como metodologia inovadora de Fomento à produção de Soja Responsável - CAT SORRISO", em dezembro de 2022 sua execução foi finalizada, tendo como resultado relevante mais de 22 mil ha de produção de soja em processo de certificação em 30 propriedades atendidas. Além disso, a fim de avançar na implantação dos critérios da FEFAC, o projeto capacitou quase 500 trabalhadores em segurança e saúde no trabalho.

Já o projeto "Abordagem Jurisdicional para Expansão Responsável da Soja em Campos de Júlio e Planalto da Serra - Fase 2" da Aliança da Terra, foram adicionadas 119 propriedades, sendo estas beneficiadas a partir do aditivo de R$2 milhões no início de 2022. O projeto prevê orientação quanto às adequações ambientais necessárias, além de capacitação em técnicas de controle e prevenção de incêndios florestais, que complementarmente foram apoiados com uma brigada de incêndio criada pelo projeto. A iniciativa também garante o monitoramento da dinâmica de cobertura florestal das propriedades atendidas pelo projeto.

A velocidade física-financeira dos projetos da cadeia da soja está ilustrada nas figuras que seguem, onde no presente momento para o projeto da CAT-Sorriso 100% das atividades foram executadas em relação ao planejado, contudo a prestação de contas ainda não foi finalizada.

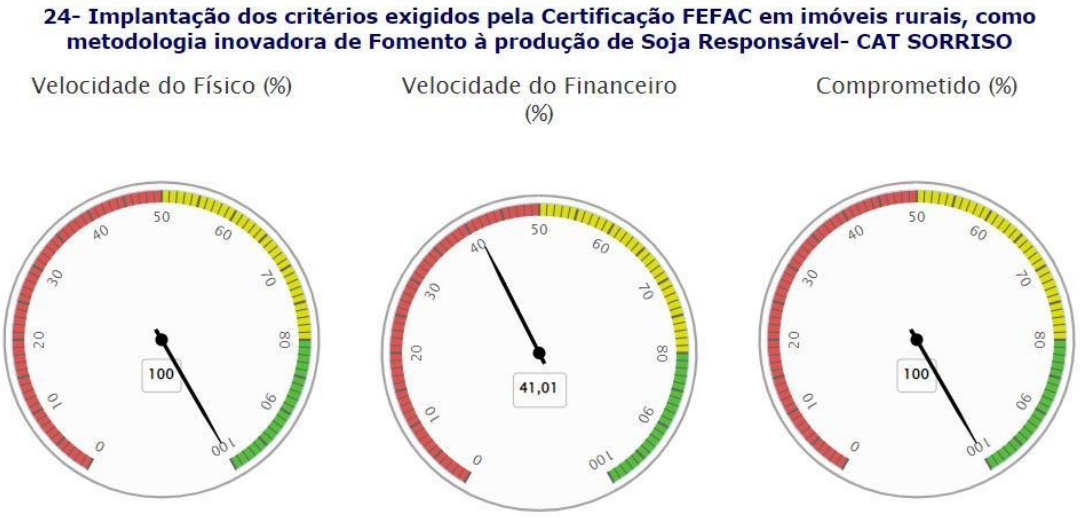


Figura 10: Velocidade física-financeira do projeto CAT - Sorriso.[5]

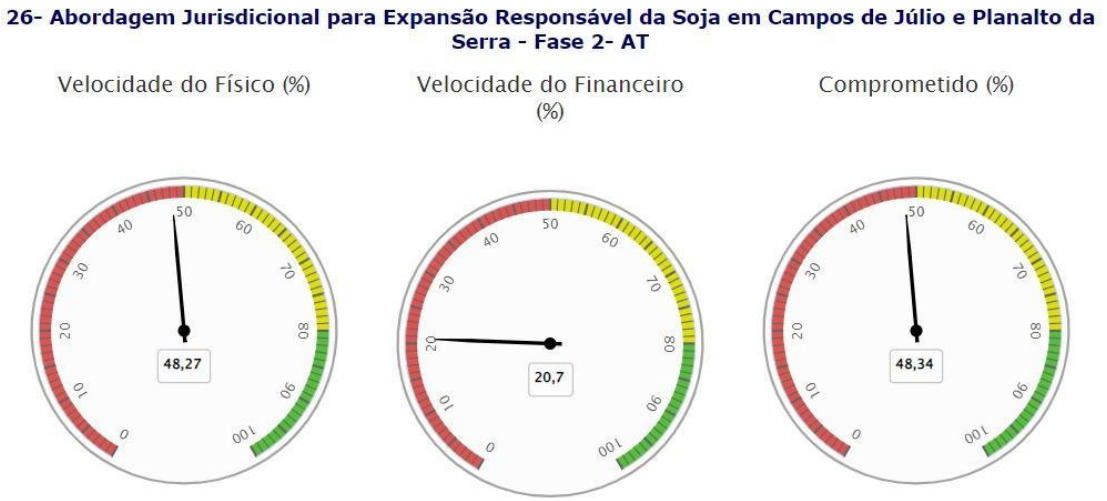


Figura 11: Velocidade física-financeira do projeto da Aliança da Terra (AT)..[6]

3.3.3. Manejo Florestal Madeireiro

O eixo do Manejo Florestal, tem como objetivo principal aumentar o volume de madeira tropical legal no mercado, através da implantação e disseminação de Boas Práticas de Manejo Florestal Sustentável (MFS). Para atingir este objetivo, foi realizada uma oficina com os principais

[5] Neste gráfico o odômetro "Comprometido" refere-se, na realidade, ao valor total "Planejado" para o Subprograma. Diferente dos valores "Comprometidos" apresentados nas informações financeiras, que se referem aos valores, de fato, comprometidos a partir de contratos e pedidos de compras já firmados.
[6] Neste gráfico o odômetro "Comprometido" refere-se, na realidade, ao valor total "Planejado" para o Subprograma. Diferente dos valores "Comprometidos" apresentados nas informações financeiras, que se referem aos valores, de fato, comprometidos a partir de contratos e pedidos de compras já firmados.

stakeholders do Manejo Florestal do estado, a partir de uma pesquisa prévia em formulário, para levantar os maiores desafios do setor.

Foi contratada uma capacitação de identificação botânica das 50 espécies mais comercializadas em Mato Grosso, para 45 servidores da SEMA/MT, ofertada pelo Instituto de Florestas Tropicais. A capacitação teve ótima repercussão e ao longo dela os participantes indicaram a importância de profissionalizar os envolvidos em todo o processo desde sua concepção, planejamento do projeto, inventário, exploração até a estocagem. Iniciou-se então o processo de construção do Plano de Capacitações em Manejo Florestal com Impacto Reduzido, com perspectiva de contratação no primeiro semestre de 2023.



Figura 12: Servidores da SEMA-MT durante a capacitação de identificação das 50 espécies mais comercializadas em Mato Grosso

Paralelamente a isso, iniciou-se a organização das capacitações, com foco em garantir a divulgação adequada para atingir o público definido. A estratégia contempla divulgar pelo menos em três bases sindicais de indústria do segmento madeira, contemplando ao menos dez municípios de Mato Grosso, levantando também o interesse do público-alvo em participar, e a definição dos municípios para realização das capacitações.

Outro avanço no eixo do Manejo Florestal é o contrato para a atualização do SISFLORA 2.0, que se aproxima de sua conclusão. O lançamento da plataforma digital está programado para o início do segundo semestre de 2023. Este sistema vai trazer mais segurança, controle e monitoramento do volume autorizado na exploração florestal. O consumidor final terá a confiança de que o produto adquirido, seja madeira em tora ou serrada, foi retirado de forma legal da natureza. Outra inovação é a possibilidade de auditoria no próprio sistema. A inserção das informações no sistema passa a ser feita pelo interessado, com mecanismos de precisão quanto à localização geográfica do empreendimento de forma digital, com bases de dados atualizadas.

Ademais, em parceria com o IdH, visando alcançar os desafios apresentados na oficina, estão em elaboração: a) um TdR sobre a qualificação da vegetação do estado de Mato Grosso, realizada a partir de análises por sensoriamento remoto para identificar o status de conservação

de todos os remanescentes; b) um TdR para selecionar as florestas nativas primárias passíveis de Manejo Florestal Madeireiro Sustentável (MFS) no Estado do Mato Grosso por pequenos e médios produtores e propor cenários considerando a oferta atual e futura por madeira; e, c) um TdR para construção de um vídeo para profissionais liberais sobre como solucionar as principais pendências dos projetos de MFS, junto à SEMA/MT.

3.3.4. Inovação em cadeia de commodities

No eixo da inovação em cadeia de commodities, todos os projetos contratados na Chamada 08/2020 estão voltados para o desenvolvimento e implementação de ferramentas de garantias de commodities, que visam ampliar a utilização de tecnologias inovadoras que conciliam conservação ambiental e rentabilidade econômica nas cadeias de commodities. Esse eixo tem como principal indicador a difusão de tecnologias de produção de baixo carbono, até o momento os projetos atingiram 3.872 pessoas, dentre elas 931 produtores rurais.


LED HEADLIG
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E
POLITICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES

4.4 Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

Aproximadamente 73% dos recursos do subprograma já foram executados. Os subexecutores do Programa REM MT, envolvidos no combate e controle ao desmatamento e aos incêndios florestais, demonstraram que os investimentos nas organizações do Estado permitiram melhorar a qualidade e a velocidade das informações sobre desmatamento e queimadas, atuando de forma contínua de equipes em ações de fiscalização in loco, bem como melhoria dos métodos de fiscalização, utilizando de recursos tecnológicos, para atuação remota. Além disso, o serviço de remoção de maquinário e equipamentos apreendidos em áreas desmatadas merece destaque, considerando que a retirada dos tratores do local, além de promover a descapitalização imediata do proprietário, desestimula o mesmo a realizar serviço em áreas não autorizadas, além de dificultar de sobremaneira a continuidade do dano ambiental, evitando assim que a floresta seja destruída. Sendo que em 05/10/2022, o Estado assumiu a responsabilidade e contrato com empresa para dar continuidade ao serviço.

O Subprograma ao longo do segundo semestre de 2022 esteve focado em manter o apoio que já estava no plano de ação construído pelos parceiros, compreendendo 15 órgãos públicos (SEMA, BPMPA, BEA, DEMA, MPE, SEAF, INDEA, INTERMAT, INCRA, IBAMA, FUNAI, SEPLAG, PCI, SEDEC, EMPAER), sendo na SEMA, nove setores envolvidos.

A velocidade físico-financeira do Subprograma pode ser observada na figura abaixo, com a ressalva que devido às inúmeras organizações envolvidas na alimentação do GPWeb, no tocante à execução física, ainda não atingiu o patamar necessário para a informação ser mais precisa.



Figura 13: : Velocidade física-financeira do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes. [7]

[7] Neste gráfico o odômetro "Comprometido" refere-se, na realidade, ao valor total "Planejado" para o Subprograma. Diferente dos valores "Comprometidos" apresentados nas informações financeiras, que se referem aos valores, de fato, comprometidos a partir de contratos e pedidos de compras já firmados.

4.4.1. Sistema Estadual de REDD+ da Política Estadual de Mudanças Climáticas do estado de Mato Grosso

O segundo semestre de 2022 foi de intenso trabalho para o monitoramento e reporte dos indicadores de salvaguardas para o Programa REM MT. Com o término da coleta de dados e a revisão dos mesmos junto aos coordenadores dos subprogramas, o esforço foi concentrado na elaboração do Relatório de Monitoramento e do Primeiro Sumário de Informações de Salvaguardas do Programa. Paralelamente, a Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ (CMCR+) e a consultoria contratada para apoiar as atividades trabalharam na elaboração do Manual Operacional para o Monitoramento e Reporte de Salvaguardas e finalizaram a capacitação sobre o monitoramento de salvaguardas de REDD+ para o grupo de coordenação do Programa REM MT.

A CMCR+ também tem a incumbência de apoiar a coordenação do Programa no que se refere à realização de estudos para a definição do Gatilho de Performance e das reduções de emissões a serem alocadas para o Programa, bem como de contribuir para a construção do documento de Repartição de benefícios da Fase 2. Nesse sentido, além de contribuir tecnicamente, contribui secretariando as reuniões do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas, instância de discussão das propostas, e do Conselho Gestor de REDD+, instância de deliberação.

Visando preparar o estado de Mato Grosso para o atendimento aos requerimentos do Padrão TREES, criou-se no Fórum Estadual de Mudanças Climáticas um grupo de trabalho para essa finalidade. O grupo tem discutido assuntos relevantes, tais como o monitoramento da degradação florestal, monitoramento da remoção de carbono relacionada a plantios florestais e processos de regeneração natural, entre outros. A CMCR+ também é o ponto focal do estado de Mato Grosso para o Projeto da Janela B – Destravando e Alavancando o Desenvolvimento de Baixas Emissões, trabalhando junto ao consultor contratado, Marcelo Rocha, na definição dos melhores caminhos para o atendimento aos requerimentos do TREES e habilitação do estado para a captação de recursos de pagamentos por redução de emissões via Coalizão LEAF.

O Conselho Gestor de REDD continua atuante em 2022, tendo discutido temas relevantes relacionados ao Programa, tais como o monitoramento e reporte de salvaguardas, bem como a da Repartição de Benefícios para a Fase 2 do Programa. Ainda está previsto para o ano de 2023 a participação do CGREDD em momentos de avaliação, resultados e aprendizagens do REM MT. O Grupo de Coordenação do Programa REM tem contribuído com a secretaria do Conselho Gestor no intuito de criar um ambiente de comunicação e participação mais dinâmico para o CGREDD, bem como para engajar os conselheiros nos processos de planejamento e monitoramento da fase 2.

4.4.2. Monitoramento e controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais

O investimento do Programa REM MT foi o impulsionador de mudanças no modus operandi das ações de combate ao desmatamento. O financiamento de tecnologias como de monitoramento da vegetação nativa e a oferta de serviços de remoção de maquinários trouxeram agilidade e eficiência para o processo.

Complementarmente, outras tecnologias foram contratadas para transferir ao mundo virtual o macroprocesso de responsabilização, tendo sido desenvolvido o SIGA Autuação, SIGA Responsabilização e SIGA Arrecadação, estando esses em fase de finalização no segundo semestre de 2022. A fim de otimizar o tempo na gestão de dados sobre os alertas de desmatamento foi contratado um serviço para o desenvolvimento do SIGA Alertas, que até o momento deste relatório estava com 40% do trabalho concluído.

Além disso, é fundamental mencionar, que visando a independência do contrato dos serviços de monitoramento, o REM MT também proporcionou a SEMA o desenvolvimento de uma plataforma própria, que ao final de 2022 estava em fase avançada de programação, estando previsto para o primeiro semestre de 2023 o início do funcionamento.

Entre julho e dezembro de 2022, foram realizadas 80 operações de combate ao desmatamento em campo, onde foram aplicadas 76% das multas. Considerando as autuações de campo e remotas as multas alcançaram aproximados R$1.4 Bilhões, sendo 88 mil ha por desmatamento ilegal, 52 mil ha por exploração ilegal da floresta e 24mil ha por uso ilegal do fogo, dos quais 100% das áreas de autuadas por desmatamento e uso ilegal do fogo foram embargadas.

Comparando os dados da fiscalização entre julho e dezembro/2022 com mesmo período do ano anterior, houve redução do número de alertas de desmatamento e IF atendidos (3.872), com diminuição de 33,58%, impactando no número em hectares de área embargada, que revelou ligeira queda de 14%.

Por último, porém não menos importante, também apresentar os dados de apreensão de bens/equipamentos utilizados para a prática de destruição ambiental, sendo os quantitativos apresentados na figura abaixo. Considerando os três equipamentos mais utilizados para o desmatamento: trator esteira, trator de pneu e motosserras, houve aumento em 15% de apreensão dos referidos itens, comparado com o mesmo período de 2021. Também houve aumento no percentual de desmatamento legalizado, de 17,2% em 2021 para 24,7% em 2022.

Porém, deve-se registrar que os índices de desmatamento não estão atrelados apenas a atuação da fiscalização ambiental, e sim também a outros fatores, tais como a expectativa de flexibilização da legislação ambiental, regularização fundiária em áreas públicas, e alta do preço das commodities.

O apoio do REM foi fundamental para que as atividades de fiscalização das 09 DUD's da SEMA (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Confresa, Guarantã do Norte, Juína, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra) fossem efetivadas com eficiência. Veja abaixo a tabela que aponta o crescimento da atuação das regionais a partir de 2019, com insumos do Programa REM MT.

Em relação às ações de responsabilização criminal, a Delegacia Especializada do Meio Ambiente (DEMA), conseguiu realizar ações de conteúdo repressivo de maneira contundente, com a instauração de cerca de 1055 (mil e cinquenta e cinco) procedimentos investigativos afetos a crimes ambientais, dentre Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados de Ocorrência, Autos de Investigação Preliminar etc. Desses, 431 (quatrocentos e trinta e um) procedimentos

investigativos eram específicos de crimes contra a flora e, normalmente, cada procedimento, comporta mais de um investigado.

4.4.3. Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT

4.4.3.1. Estruturar e Implementar o Programa REM MT

4.4.3.1.1. Governança

A governança tem se consolidado paulatinamente, e ainda que haja alguns pontos a serem aperfeiçoados, o ambiente tem se mantido pacífico e produtivo. A coordenação geral tem buscado desenvolver uma metodologia para que o CGREDD se torne mais participativo nos diferentes momentos de gestão do Programa.

4.4.3.1.2 Gerenciamento Programa REM-MT

Gerenciar o Programa REM MT exige um esforço contínuo, e coletivo, para se executar aquilo que foi planejado e autorizado pelo KfW (PDI's, PAAC's etc) e as muitas demandas não previstas inicialmente inerentes na execução de projetos desse vulto. De modo a se ter maior fluidez na execução torna-se fulcral o planejamento e dimensionamento realista das ações, contratações, chamadas de projetos etc. Ao longo dos últimos anos, optou-se por arbitrar um prazo de execução que, embora previsto nos documentos do projeto não encontravam base na realidade da sua execução. Elevados valores de contratações e curto prazo para execução planejada, além do aumento da percepção de risco, geram sucessivos pedidos de aditivo que fragilizam os procedimentos de seleção, podendo acarretar, inclusive em uma perda de economicidade nas contratações.

Como apontado na Avaliação de Meio Termo, na execução direta, o Programa REM MT manteve um total de 62 contratos (entre serviços e consultorias sejam Pessoa Física ou Pessoa Jurídica), destes contratos 38 contratos tiveram pelo menos 1 aditivo, com casos de até 4 aditivos (sejam esses de valor, prazo e/ou alteração de escopo). Observa-se também que desses 62 contratos, ao menos 22 foram de contratação direta. Salvo casos específicos, como a contratação do sistema Planet, que se tem justificativa robusta para tal, observou-se uma miríade de contratações diretas sem as características que justificariam de fato (notório saber, exclusividade na prestação do serviço, por exemplo).

Este elevado número de aditivos e contratações diretas (das 22 contratações diretas, 21 também tiveram seus contratos aditados) geraram desconforto na gestão operacional do Programa REM MT. Mesmo com a realização de oficinas para auxiliar no planejamento, a presença da empresa de consultoria internacional o subdimensionamento das contratações, dos prazos e, no caso das chamadas de projeto, sobrecarga nas instituições de execução local vêm aumentando a percepção de risco substancial para a boa execução dos recursos financeiros.

No aspecto operacional, as aquisições de bens pela modalidade de execução diretas diminuíram, uma vez que em sua maior parte estavam, em sua maioria, concentradas no Subprograma FIPPE, o que refletiu na diminuição do volume de trabalho relacionado com os procedimentos operacionais, como elaboração de Termos de Referência, Especificações Técnicas,

Levantamentos de Preço e outras atividades derivadas. Destaca-se a chegada do técnico do FUNBIO em outubro, que tem trabalhado para melhorar a qualidade técnica e comercial dos documentos necessários para as contratações previstas e minimizar o custo de transação nas contratações.

Este também funciona como ponto focal para atualizar as informações de processos em andamento a ao grupo de coordenação do Programa REM MT, informado sobre o andamento dos processos aquisitivos. No entanto ainda se observa uma falta de coordenação nas demandas dos setores fins, observando que demandas continuam chegando desagregadas, mal dimensionadas ou com prazos muito curtos, onerando toda operação e fragilizando os procedimentos acordados no âmbito do Programa REM MT. As contratações de aluguel de veículos e dos terceirizados evidenciam que há muito que se melhorar no que se refere ao planejamento e dimensionamento das demandas. Nesse sentido, além do consultor do FUNBIO, a consultoria internacional poderia apoiar no estabelecimento de rotinas para validação das demandas apresentadas nos PDI's e atualização do plano de trabalho.

No aspecto físico-financeiro, foi um semestre com desafios para a consolidação das informações financeiras, uma vez que após as análises de relatórios de acompanhamento financeiro realizadas pelo grupo de trabalho do Programa REM MT foram observadas inconsistências derivadas de adaptações na lógica sistêmica do Sistema Cérebro, impostas pela coordenação. Houve um esforço do conjunto dos técnicos do GCP REM MT e da gerência do REM MT no FUNBIO, em criar regras automáticas para os relatórios extraídos do Cérebro, a fim de reduzir as interações humanas durante processo de geração dos relatórios financeiros.

No entanto, o trabalho não foi bem-sucedido devido a impossibilidade de se automatizar as informações extraídas do Cérebro 2.0, considerando as inúmeras exceções criadas para atender as demandas solicitadas pela Coordenação do Programa REM MT que conflitam com a lógica sistêmica do Cérebro 2.0. Para atender a demanda do parceiro, o FUNBIO cedeu às pressões impostas pela coordenação, criando tais exceções e assumindo o ônus de ter que, frequentemente, fazer ajustes manuais nos relatórios. O impacto dessa ingerência nas ferramentas do gestor operacional e financeiro, foi o atraso em nos relatórios de outubro, novembro e dezembro. O FUNBIO vem trabalhando junto com as coordenações dos subprogramas para realizar os ajustes necessários no sistema, de modo a diminuir as interações humanas na consolidação dos relatórios de modo a apresentar a informação de modo que atenda a coordenação.

No aspecto técnico, os projetos contratados pelas Chamadas de 2020 caminham, em sua maioria, para um estágio de finalização, o que indica que em 2023 será possível realizar algumas análises de resultados e aprendizagem. Para além do monitoramento dos relatórios, em 2022 o Grupo de Coordenação começa a construir uma metodologia de "pré-auditoria", voltada para identificar em campo se os resultados apontados nos relatórios, de fato coincidem com a realidade no campo. O trabalho foi testado em 01 projeto, e deve ser intensificado em 2023.

4.4.3.2. Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL)

4.4.3.2.1. Monitoramento

O monitoramento do Programa tem sido realizado desde meados de 2020, quando houve a publicação de duas Chamadas, dos Subprogramas da AFPCT e PIMS. Nesses dois Subprogramas o fluxo do monitoramento acontece por meio do Sistema Cérebro 2.0, da Plataforma GPWeb, entre o Grupo de Coordenação, o FUNBIO e a Organização co-executora, que por sua vez coleta os dados diretamente junto aos beneficiários.

A partir dos dados registrados pelas coexecutoras no GPWeb, é iniciado o monitoramento dos indicadores, apontando para o desempenho e impacto das ações.

O Subprograma Territórios Indígenas, para além dessa sistemática, tem construído para a Chamada de 2022, um monitoramento participativo, que inclui monitores indígenas locais na coleta de dados. Essa metodologia acontecerá por meio da contratação da TNC, organização que irá coordenar-los e desenvolver a metodologia no primeiro trimestre de 2023.

O monitoramento dos subprogramas, está sintetizado nas tabelas a seguir, apresentando os indicadores, conforme o pactuado no MEL.

Tabela 3:Matriz de indicadores do Subprograma Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais**:**

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Metas pactuadas com os Projetos**	**Resultados alcançados até 2021**	**Resultados alcançados até 2022**
Subprograma A1	Número de famílias beneficiadas diretamente	14.000 famílias	5.982 famílias	2.341 famílias	6.568* famílias
Subprograma A2	Número de hectares sob manejo de baixo carbono	35.000 hectares	486.837 hectares	103.301 hectares	394.640 hectares
Eixo 1	Área (ha) com plano de manejo florestal sustentável de PFNM	50.000 hectares	440.990 hectares	111 hectares	69.269 hectares

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Metas pactuadas com os Projetos**	**Resultados alcançados até 2021**	**Resultados alcançados até 2022**
Eixo 2	Quantidade de sementes comercializadas pelas redes de sementes	20 toneladas	45 toneladas	6,7 toneladas	26,3 toneladas
Eixo 3	Número de tecnologias de baixo carbono adotadas por cadeias de cultivos perenes, fruticultura e apicultura	5 tecnologias	30 tecnologias	11 tecnologias	21 tecnologias
Eixo 4	Número de associações e cooperativas de AF e PCT com projetos de melhoria implementados com êxito	60 associações e cooperativas	71 associações e cooperativas	3 associações e cooperativas	62 associações e cooperativas
Eixo 5	Aumento da eficiência produtiva da pecuária leiteira (litros de leite/ha/ano) sem ampliação da área total (média)	3.000 litros/ha/ano	2650 litros/ha/ano	-	531** litros/ha/ano
Eixo 6	Número de boas práticas difundidas pela ATER e adotada por AF PCT	15 boas práticas	15 boas práticas	15 boas práticas	15 boas práticas

*O indicador pode ter sobreposições de famílias devido às ações dos projetos em diferentes elos das cadeias produtivas.
**O indicador está em processo de levantamento de dados com todos os projetos.

Tabela 4: Matriz de indicadores do Subprograma Territórios Indígenas:

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2021	Resultados alcançados 2022
Subprograma B1	Número de povos beneficiados	22 Povos	40 povos	40 povos
Eixo 1	Número de organizações indígenas associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	15 organizações associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	11 organizações associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	11 associações até o encerramento do Projeto no 1º trimestre de 2022
Eixo 1.4	Número de projetos apoiados em política de mulheres e jovens indígenas	4 Projetos apoiados	Ação não iniciada	04 projetos locais e 06 estruturantes com ações focadas em mulheres
Eixo 2.1	Número de protocolos de consulta livre, prévia e informada (CLPI) elaborados	3 protocolos	Ação não iniciada	Ação não iniciada
Eixo 2.2	Número de reuniões ordinárias da Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas realizadas por ano	3 reuniões por ano	02 reuniões realizadas	02 reuniões realizadas

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2021	Resultados alcançados 2022
Eixo 2.3	Número de eventos de intercâmbios apoiados	3 eventos/ano	3 eventos	3 eventos
Eixo 3.1	Nº projetos locais apoiados pelo REM-MT (1 projeto estruturante apoiado em cada uma das sete regionais da FEPOIMT)	10 projetos locais (1 projeto estruturante em cada uma das 7 regionais)	07 Projetos Estruturantes (61 Projetos Locais)	92 Projetos Locais e 07 projetos estruturantes
Plano Emergencial	Número de Organizações Indígenas fortalecidas nas 07 regionais indígenas, pelo Programa Emergencial de Enfrentamento a COVID-19		33 organizações	33 organizações

Tabela 5: Matriz de indicadores do Subprograma Produção, Inovação e Mercados Sustentáveis:.

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2021	Resultados alcançados 2022
Subprograma C1	Número de propriedades de até médio porte (até 15 módulos fiscais) beneficiadas pelo Programa	10.500 propriedades	525 propriedades	1.628 propriedades

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2021**	**Resultados alcançados 2022**
Subprograma C2	Número de hectares sob manejo de baixo carbono (reflorestamento, recuperação produtiva e recuperação de áreas degradadas)	52.250 hectares		Recuperação produtiva: 88.621,91 ha Recuperação ambiental: 105,44 ha
Eixo 1.1	Taxa de lotação (UA/ha) (bezerro) sem incorporação de novas áreas	3,00 UA/ha		2,02 UA/ha (dado inicial informado pela EMPAER) 1,68 UA/ha (dado inicial informado pelo ICV) (linha base: 1,06 UA/ha)
Eixo 1.2	Área (ha) de passivos ambientais recuperada e/ou em recuperação, em terras de beneficiários do Programa REM	3.600 ha		93,24 ha
Eixo 2.1	Area (ha) da produção com soja certificada, ou em processo de certificação	100.000 ha de produção com soja certificada, ou em processo de certificação	3.896 hectares	53.968,53 ha
Eixo 2.2	Área (ha) de passivos ambientais recuperada e/ou em recuperação, em terras de beneficiários do Programa REM	2.000		12,2 ha

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2021	Resultados alcançados 2022
Eixo 3.1	% de legalidade na exploração florestal em Mato Grosso	80%		62%

UA corresponde a unidade animal

Tabela 6: Matriz de indicadores do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes:

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2021	Resultados alcançados 2022
Subprograma D1	D1- Número de instrumentos do sistema subnacional de REDD+ adaptados para integração ao sistema nacional	02	01	02
Subprograma D2	Taxa média quinquenal de desmatamento anual reduzida na Amazônia final Mato-grossense (em Km2)- 2020 a 2024	Redução de 6% na média quinquenal (2016-2020)	5,3 % de incremento na média quinquenal	16% de incremento na média quinquenal
Subprograma D3	Investimentos privados anuais para a produção sustentável de baixo carbono	R$200 milhões anuais	R$ 342.118.602,00	
Eixo 1.1	Sistema subnacional de REDD+ com salvaguardas implantado	1	1 instrumento de salvaguardas em processo de finalização	1 instrumento de salvaguardas finalizado
Eixo 2.1.3	% de atendimento dos alertas de desmatamento das infrações identificadas	80% de atendimentos dos alertas acima de 50	62% de atendimentos dos alertas acima de 50 ha	

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2021**	**Resultados alcançados 2022**
	pelas instituições de comando e controle em 2022, acima de 50 hectares	ha, até 2022		
Eixo 2.1.4	% de áreas embargadas das infrações identificadas pelas instituições de comando e controle, com o sistema Planet	100%	100% de áreas embargadas	100% de áreas embargadas

4.4.3.2.2. Avaliação

A avaliação do progresso está baseada em algumas ações e projetos que foram finalizados ou que estavam em fase final em dezembro de 2022, na análise dos relatórios, registros das ocorrências e dados enviados via plataforma GPWeb, além de eventuais visitas a campo, mas sem a aplicação de uma metodologia específica. Ao final da execução da totalidade das ações/projetos será possível aprofundar as análises.

Subprograma Territórios Indígenas					
Projeto	**Objetivo**	**Eficiência (custo)**	**Eficácia (Resultado)**	**Efetividade (Impacto)**	**Observações**
00- Fortalecimento Institucional da Federação Dos Povos e Organizações Indígenas- FEPOIMT de Mato Grosso (FEPOIMT)	Consolidar a FEPOIMT como entidade representativa dos Povos Indígenas de MT no âmbito do subprograma Territórios Indígenas do REM MT.	O projeto foi concluído tendo utilizado 113% acima do valor previsto, executando 69% desse total em pagamento de pessoal. Porém o projeto incrementou ações de mobilização dos representantes indígenas em reuniões de interesse do coletivo indígena, da FEPOIMT e da governança do Subprograma de Territórios Indígenas, ampliando sua articulação.	O projeto facilitou a articulação da FEPOIMT junto aos povos indígenas. Entretanto, deixou de executar ações previstas a exemplo do objetivo específico 5: "*Construir a proposta para o 2º Investimento no Fortalecimento da FEPOIMT", previsto no 2º PDI e ainda hoje não apresentado uma proposta fina*l.	Os efeitos do projeto puderam ser percebidos ao longo do Programa quando observados que a organização ganha espaço em instâncias políticas que ultrapassam os limites do estado, bem como quando observamos o número crescente de organizações sociais que hoje se articulam com a Federação.	Houve uma permanente dificuldade junto à organização âncora, Instituto Centro de Vida, no envio dos dados ao Grupo de Coordenação para a realização do monitoramento, fato que prejudicou a constatação dos indicadores.

Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis					
Projeto	**Objetivo**	**Eficiência (custo)**	**Eficácia (Resultado)**	**Efetividade (Impacto)**	**Observações**
24- Implantação dos critérios exigidos pela Certificação FEFAC em imóveis rurais, como metodologia inovadora de Fomento à produção de Soja Responsável - CAT SORRISO	Estruturar de acordo com os padrões de certificação FEFAC 30 imóveis rurais produtores de soja, com até 15 módulos fiscais do município de Sorriso e Raio de até 150 km e que estejam livre de passivos referentes à desmatamento, para se tornarem aptos a receber uma futura auditoria de certificação.	O projeto foi concluído tendo utilizado 100% do valor previsto, executando todas as ações propostas.	O projeto realizou a implantação dos critérios para certificação da FEFAC em 30 propriedades, alcançando 100 % da sua meta.	Os efeitos do projeto são perceptíveis ao observar que um conjunto de propriedades beneficiárias do projeto iniciaram efetivamente o processo de certificação, havendo alguns proprietários que alcançaram a comercialização com valor agregado.	Em visita ao campo observou-se que as alterações propostas pela consultoria foram incorporadas no dia-a-dia das fazendas. Entretanto, houve o bservou-se um desmatamento ilegal de 6,09 hectares no ano de 2014 em uma das propriedades atendidas pelo projeto. A multa, no entanto, prescreveu (mais de 5 anos), mas o dano ambiental será reparado pela adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) através da inscrição no Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR). A área desmatada será vetorizada na próxima análise do CAR como Área de Uso Antropizado do Solo (AUAS) e posteriormente, para validação do CAR, a SEMA exigirá o pagamento da reposição florestal.
EMPAER - Pecuária Sustentável	Aumentar a produtividade da bovinocultura de corte e planejar a resolução de passivos	O projeto não foi concluído na íntegra, e utilizou 29% a mais do valor previsto para as	O projeto alcançou 58,5%, e com isso atendeu 1.404 produtores rurais de pequenas	Os efeitos do projeto foram perceptíveis ao observar que a maior parte dos produtores atendidos nunca haviam recebido orientações técnicas nos âmbitos produtivo e	O alcance das metas foi dificultado pela pandemia e pela redução no número de técnicos disponíveis para realização dos atendimentos. Outro fator importante também foi o descompasso entre a equipe de gestão

	ambientais.	ações.	propriedades.	ambiental. Foi possível realizar um levantamento detalhado da condição desses produtores, com a construção de planos produtivos e ambientais individualizados. Percebe-se também como positivo o aumento da taxa de 1,06 UA/ha para 2,02 UA/ha (em média) quando da finalização do projeto. Além disso, houve avanço na qualificação dos técnicos responsáveis pelos atendimentos.	do projeto e os técnicos envolvidos na execução das atividades, sendo necessária a intervenção do grupo de coordenação do Programa REM MT para a conclusão das atividades. Apesar de não alcançar a meta, o número de produtores atendidos é bem expressivo quando comparado a outros projetos (público e privado) da cadeia da carne em MT. Outro fator, é que o indicador de passivos ambientais não foi mensurado pela EMPAER. Diante disso, a coordenação do subprograma buscou parcerias para a medição desse indicador a partir dos dados levantados pelos técnicos. Os dados serão apresentados ao final da fase 1.

Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes					
Ação	**Objetivo**	**Eficiência (custo)**	**Eficácia (Resultado)**	**Efetividade (Impacto)**	**Observações**
Sistema de Monitoramento da Cobertura Florestal de Mato Grosso	Identificar em tempo real os desmatamentos no Estado	O contrato inicial foi estendido por dois anos além do previsto inicialmente, significando um aditivo de 348% do valor inicial. A meta ajustada, incluindo os anos adicionados, foi 100% alcançada.	Alertas de desmatamentos são gerados diariamente e consolidados em uma plataforma on line disponível 24 h, alcançando o objetivo 100%	A lógica da fiscalização foi alterada para impedir o avanço do desmatamento com aumento médio da produtividade dos órgãos em 300%.	Anteriormente as equipes de fiscalização atuavam sobre o desmatamento que havia ocorrido, em função do tempo na identificação dos alertas de desmatamento. Com a geração de alertas diários foi possível mudar a lógica e fiscalizar os desmatamentos que estão em curso, minimizá-los e até mesmo impedi-los.
Implantação de Salas de Situação na SEMA e BEA	Gerenciar os alertas de desmatamento e de incêndios florestais	O valor planejado foi condizente com a execução da tarefa e os resultados esperados foram alcançados.	Duas salas de situação foram 100% implementadas para gerenciar os alertas de desmatamentos e focos de calor para o Estado.	Permitiu: Implantar o gerenciamento dos alertas de desmatamento e focos de calor; Priorizar a fiscalização; multar o infrator por meio remoto e implantar o Call Center para Informar a identificação do desmatamento para	A implantação das salas de situação colaborou fortemente para a organização das diferentes equipes de fiscalização para priorizar frentes de trabalho. Melhorou a efetividade do controle do desmatamento para impedir o dano ambiental em andamento. Aumentou a capacidade de autuação e consequentemente o número de multas.

Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes					
Ação	**Objetivo**	**Eficiência (custo)**	**Eficácia (Resultado)**	**Efetividade (Impacto)**	**Observações**
				o proprietário.	
Serviço de Remoção de Maquinários	Impedir a continuidade do dano ambiental	Foram efetivados três contratos para esse serviço. O primeiro recebeu um aditivo de 250% do valor inicial, os demais mantiveram-se dentro do planejado, e os serviços prestados foram coerentes com o investimento realizado, somando 379 máquinas, entre tratores, escavadeiras, caminhões, carros e motos – até mesmo um helicóptero já foi apreendido.	Serviço implantado no período de 2 anos com cobertura em 100% do Estado.	O serviço foi complementar a estratégia de cessão do dano ambiental pois a remoção do maquinário além de impedir o dano também descapitalizou o infrator ambiental.	Após a implantação do serviço e a melhora na efetividade da fiscalização por impedir a continuidade do dano, a SEMA, incorporou a contratação do serviço, o que passou a ser uma rotina na fiscalização ambiental do Estado.
Sistema de Autuação de desmatamento SIGA - Autuação	Implantar o auto de infração digital	O desenvolvimento desse sistema foi derivado do aditivo do SIGA Responsabilização,	As multas são 100% confeccionadas em meio digital e padronizadas conforme o	Os processos sobre auto de infração passaram a ser digitais, com padronização do sistema e aumento da celeridade	O sistema pode ser utilizado tanto de forma on-line como off-line, o que permitiu sua utilização em todo o território do Estado.

Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes					
Ação	**Objetivo**	**Eficiência (custo)**	**Eficácia (Resultado)**	**Efetividade (Impacto)**	**Observações**
		mas seu custo está condizente com o sistema desenvolvido, alcançando 100% da meta planejada.	aplicativo/sistema.	do processo.	
Sistema de Responsabilização Ambiental SIGA - Responsabilização	Implantar o processo de responsabilização digital dos autos de infração	O contrato original foi aditivado em 154%, mas houve também ajuste no escopo do contrato, aumentando a complexidade das funcionalidades, bem como o desenvolvimento de um módulo adicional, o SIGA Autuação. Considera-se a meta atingida.	Os processos de julgamento do auto de infração passaram a ser 100% digitais.	Os processos sobre auto de infração passaram a ser digitais, com padronização do sistema e aumento da celeridade do processo.	O sistema permite o gerenciamento dos processos e alerta para os prazos para impedir a prescrição do auto de infração.

O Subprograma AFPCT, mesmo sem projetos concluídos, utilizou-se da metodologia de ranking para 16 projetos em execução pela Chamada 03/2020. Os critérios são de âmbito físico-financeiro e técnico, e incluíram aspectos tais como: apreciação institucional, desempenho técnico e na execução financeira, prazos e impactos. O ranking pode ser conhecido abaixo.

Tabela 11: Ranking avaliativo, em ordem decrescente, das organizações com projetos em execução da Chamada 03/2020.

Instituição	**Avaliação 2° trimestre**
Instituto Ouro Verde	1,0
Fundação Uniselva - Gaia	1,0
Associação do Centro de Tecnologia Alternativa - CTA	1,0
Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado - CEDAC	0,94
Instituto Raoni	0,94
Instituto Centro de Vida - ICV - Agroecologia em rede	0,93
Associação Pacto Das Águas- Elaboração E Desenvolvimento De Projetos Socioambientais	0,92
Instituto SocioAmbiental - ISA	0,90
Instituto Kurâdomôdo Cultura Sustentável	0,87
Associação de Coletores(as) de Castanha do Brasil do PA Juruena - ACCPAJ	0,84
Instituto Conexões Sustentáveis - Conexus	0,82
Fundação Uniselva - Campo à mesa	0,80
Earth Innovation Institute	0,80
Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena – ADERJUR	0,79
Fundação de Amparo ao Ensino, Pesquisa e Extensão do Norte de Mato Grosso - FAEPEN-MT	0,76

Instituto De Pesquisa Ambiental Da Amazonia	0,75
Associação Rede de Sementes do Xingu	0,73
Assoc. de Mine e Peq. Agric. do Proj. de Assentamento Cachimbo – AGRIPAC	0,71
COOPERPRATA – Cooperativa Mista Água da Prata	0,68
Associação Soenama do Povo Indígena Paiter Surui	0,64
Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca - ACORQUIRIM	0,63

4.4.3.1. Apoiar a Estruturação e Implementação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir - PCI

Até dezembro de 2022 o Instituto PCI estava sem o CNPJ da instituição, devido às recorrentes devolutivas do cartório para ajustes, e ausência de toda documentação da UNEM. Em busca da solução definitiva para o caso, o Conselho de Administração está discutindo a possibilidade de remover a instituição (temporariamente) para consolidação do instituto.

Apesar destes desafios, o Instituto PCI demonstrou avanço significativo por meio de diversas ações estratégicas para o estado. Abaixo um resumo de progresso em 2022 /2023:

Tema	Ações	Status
Estruturação do Instituto PCI	Contratação escritório de contabilidade para garantir o seguimento do processo no cartório e a estrutura de contabilidade e endereço fiscal para o Instituto ;	*Finalizado*
	Consultoria de recomendações jurídicas e de planejamento: consultoria encomendada pelo Programa REM à GOPA para recomendações no quadro jurídico do Instituto PCI e do Estado, e sugestões para um planejamento estratégico da Instituição	*Finalizado*
Envolvimento em construção de políticas públicas	Plano ABC+ de Mato Grosso: com apoio da Agroicone, o Instituto PCI participou ativamente da construção da política estadual de ABC+, formalizada por decreto do Governo do Estado. Atualmente o Instituto PCI está	*Em andamento*

	trabalhando dentro do GT do ABC+ para definir ações rumo à implementação das metas do Programa ABC+	
Investimentos	Policy Brief de Investimentos: resultado do estudo sobre investimentos para a PCI feito pelo IIS com apoio de TFA e Programa REM	Finalizado e disponível aqui
	Feedback sobre as diretrizes ISEAL e estratégia PCI. Estudo financiado pela Fundação WalMart com ISEAL, ICV e consultoria Kultiva sobre as diretrizes para claims de empresas e jurisdições.	Finalizado e disponível no aqui
	Guia de engajamento Instituto PCI: desenvolvido como continuação do produto acima, facilita o entendimento de empresas sobre participação na PCI	Finalizado e disponível no aqui
	Análise do Engajamento de empresas na Estratégia PCI: produto da Proforest, como continuação do projeto com ISEAL, mapeando as empresas atuando em Mato Grosso e seu engajamento de acordo com o Guia desenvolvido	Finalizado e disponível aqui
	Pitch Book 2022: desenvolvido pela Proforest, mapeia os projetos de campo conectados com a Estratégia PCI para facilitar o engajamento de empresas e investidores	Finalizado e disponível aqui
	Estudos de caso envolvendo a PCI e Mato Grosso como destino para investimentos e modelo de governança, incluindo: Case Study PCI desenvolvido pelo CDP PCI Policy Brief de Investimentos PCI -Closing the Forest Frontier of Mato Grosso Estudo de Caso TropenBos (em andamento)	aqui aqui) (finalizado - a ser incluído no website)
	Termo de Cooperação e Memorando de Entendimentos com instituições parceiras para captação, incluindo Collaborating Partner Agreement com IFACC	

	MoU Soft Commodities Forum Termo de Cooperação com Global Eco Rescue	
	Projetos de Investimentos sendo desenvolvidos com participação ativa da PCI e Governo do Estado: Carta Consulta e Project Appraisal (PAD) do Banco Mundial para agricultura familiar (US$ 80 milhões) Proposta para fase 2 do REM (EUR 15 milhões) Projeto de Cooperação com a GIZ (EUR 2 milhões)· Projeto de Cooperação com BID	Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento
Monitoramento	Estudos adicionais para gaps de informação no monitoramento das metas da PCI, financiados pela GIZ e pelo Programa REM, incluídos: Contratação de estudo do IMEA referente a área de florestas plantadas em Mato Grosso Contração de estudos do LAPIG referente a recuperação de pastagens degradadas em Mato Grosso Lis Consultoria referente a informações de Valor de Produção da Agricultura Familiar e DAPs ativas em Mato Grosso	Finalizado Em andamento Finalizado
	Balanço de metas da PCI (disponível aqui) e dos Pactos regionais (disponível no websitee aqui)	Finalizado
	Formação da Rede de Inteligência Territorial da PCI: com apoio da GIZ, o consultor Arnaldo Carneiro apoiou a criação de uma rede de instituições para compartilhamento de informações, inteligência territorial e aprimoramento do monitoramento da PCI	Finalizado

	Plataforma de Monitoramento – em fase de contratação, com apoio da GIZ, permitirá uma forma dinâmica de visualização dos dados de monitoramento da PCI	Em andamento
	Fatos Florestais: documento de atualização com dados do desmatamento	Disponível aqui
Regionalização	Prismati Consultoria: apoio na definição de Diretrizes para o processo de regionalização da PCI e manual orientador para Pactos Regionais Produtos 1, 2, 3 e 4, financiado pela GIZ	Finalizado
	Renovação do contrato com o Secretário Executivo do Vale do Juruena com apoio do Programa REM	Finalizado
	Renovação do contrato com o Secretário Executivo de Sorriso com apoio do Programa REM	Finalizado
	Pacto de Barra do Garças	
	IPAC – Diagnostico Diagnóstico do Município de Tangará da Serra (Mato Grosso), no âmbito das atribuições da estratégia PCI (Produzir, Conservar e Incluir), para o desenvolvimento de um novo Pacto Regional	Finalizado
	Submissão de proposta ao CGF no valor de R$ 2 milhões pelo IPAM, Proforest, Produzindo Certo e PCI com o objetivo de reduzir o desmatamento nas cadeias de soja e fortalecimento de governança por meio da contratação de um secretário Executivo da PCI em Tangará da Serra	Aguardando aprovação
Comunicação	Plano de Comunicação da PCI e produtos de comunicação: financiado pelo Programa REM	

Comunicação

O núcleo de Comunicação do Programa REM MT, vinculada ao Subprograma Fortalecimento Institucional e de Políticas Públicas Estruturantes, atua de forma estratégica e transversal ao Programa, divulgando no site institucional e mídias sociais os resultados e ações implementados. É baseada no atendimento e cobertura aos públicos interno, intermediário e externo.

O Público Interno acompanha a organização da governança do Programa; o Público Intermediário é formado pelos beneficiários e executores diretos do Programa REM MT, de acordo com cada Subprograma, assim como pelas instituições proponentes de projetos selecionados para o recebimento de apoio do REM MT. O Público Externo está genericamente caracterizado como apoiadores, potenciais parceiros e sociedade.

No período relativo a este relatório, de 1 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022, houve atenção ao aperfeiçoamento de ferramentas para gestão das redes sociais do programa através da contratação de licença da plataforma *"mLabs"*. Os dados de alcance e métricas de redes sociais deste relatório são extraídos dessa nova ferramenta, enquanto nossa equipe também o utiliza para automatizar posts e monitorar o crescimento das redes.

Outra aquisição para o aperfeiçoamento das atividades da comunicação foi o recurso *Canva PRO* que ajuda a criar designs visuais para diversos fins, desde materiais impressos a conteúdos digitais. Com os novos recursos da licença PRO foi possível melhorar o desenvolvimento dos produtos gráficos e informativos do Programa. Destacamos abaixo o *hotsite* para smartphones desenvolvido em setembro de 2022, para auxiliar os fiscais da Sema MT na solicitação do serviço de remoção de maquinários.

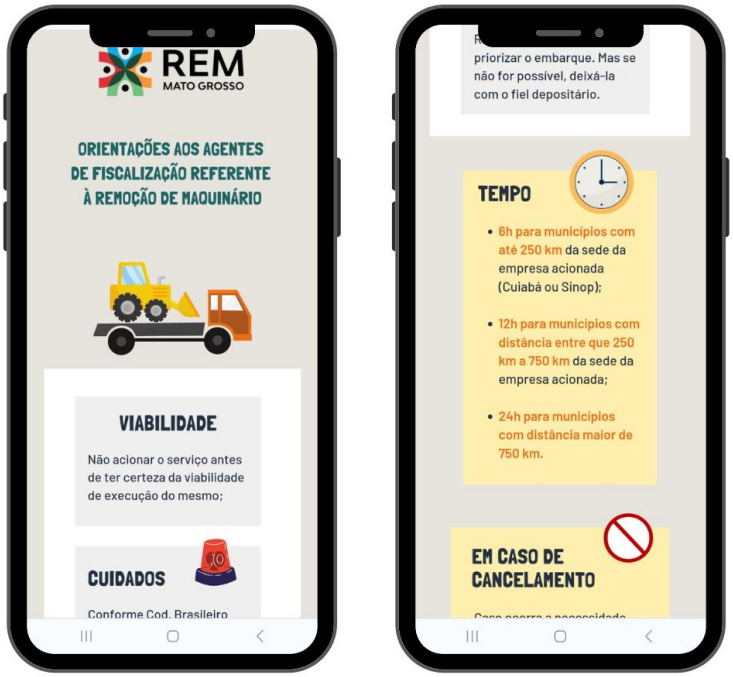
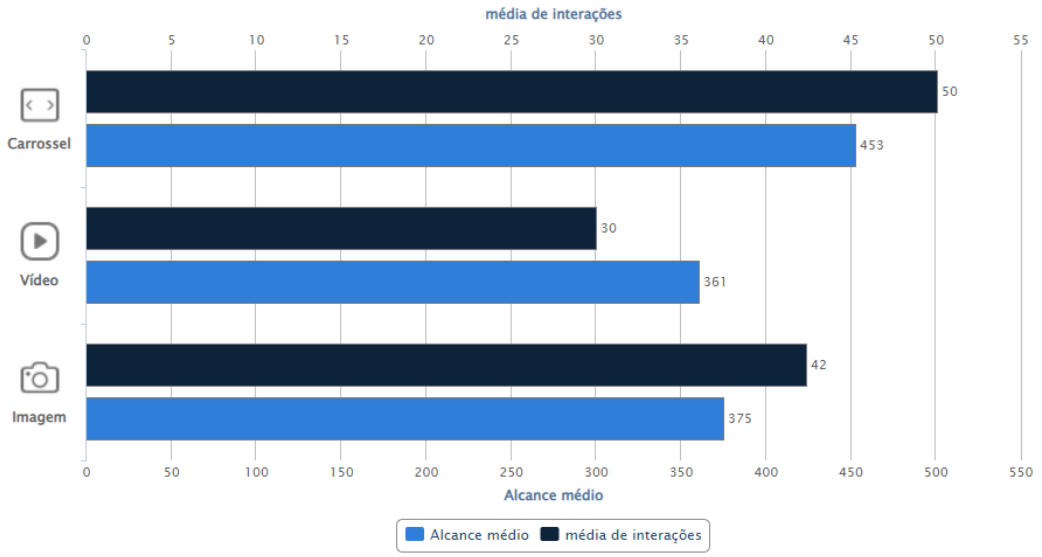


Figura 14: Apresentação de hotsite "Orientações aos Agentes de Fiscalização Referente à Remoção de Maquinários" para smartphones

O quadro de redes sociais do programa continua o mesmo, assim, estão compreendidas Instagram e Facebook com conteúdos frequentes e Youtube para compartilhamento de campanhas e conteúdo audiovisual esporadicamente produzidos.

O desempenho das redes sociais Instagram e Facebook continua apresentando crescimento orgânico desde o último reporte em relatório. Durante a execução das atividades notamos maior engajamento nos post tipo "carrossel", formato que reúne imagens e textos que reciclamos das próprias matérias produzidas no setor. Os dados extraídos da plataforma de gestão de redes sociais confirmam esse entendimento.



- Figura 15: Gráfico demonstra desempenho dos "tipo de posts" na rede social Instagram, principal rede do Programa REM MT.

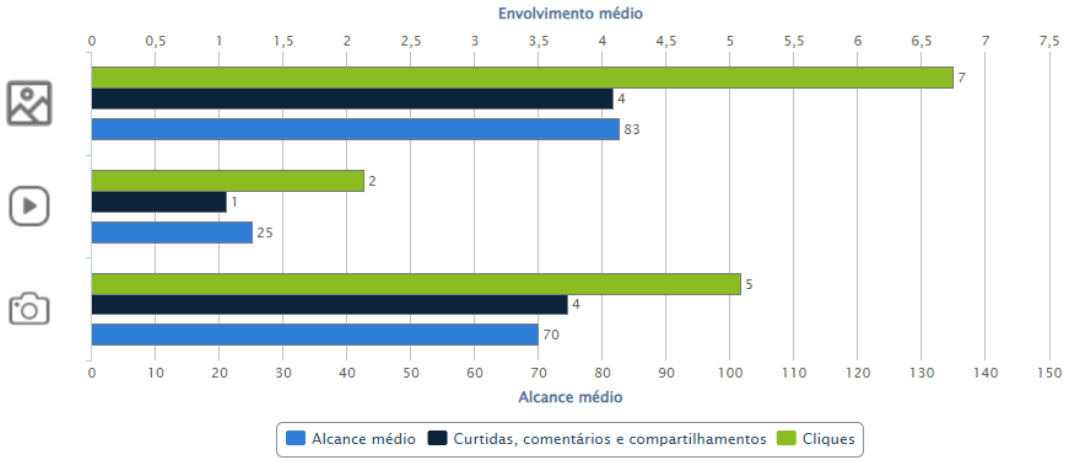


Figura 16: Gráfico demonstra desempenho dos "tipo de posts" na rede social Facebook, rede secundária do Programa REM MT



Figura 17: Apresentação de post "carrossel" sobre o protagonismo indígena na cadeia do babaçu.

O número de seguidores no período cresceu 14,8% durante julho e dezembro de 2022.

Neste período foram produzidas aproximadamente 53 matérias para a sociedade, cada notícia foi enviada para mais de 370 contatos da imprensa de todo o estado de Mato Grosso. Foram produzidos 3 boletins informativos (bimestrais), que reúnem as matérias mais relevantes a cada 2 meses. Além disso, através de articulação com a imprensa local, a coordenação do Programa REM MT cedeu entrevista para uma rede de rádio FM.

No mesmo período foi realizada a campanha para a COP27, onde foi desenvolvido novo vídeo institucional do programa. A peça foi apresentada em Sharm el Sheik, Egito, durante fala do governador Mauro Mendes.



Figura 18: Print de vídeo gravado pela coordenação durante o evento mostra o governador Mauro Mendes à frente de exibição de vídeo institucional do REM MT na COP27